

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ

SEBRAE/PI

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relatório de Gestão Exercício de 2015

Teresina/PI, 2015

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ –

SEBRAE/PI

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da TCU nº 63/2010 (com alterações da Instrução Normativa TCU nº 72/2013), da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 (com alterações da Decisão Normativa TCU nº 139/2014), e da Portaria TCU nº 90/2014, da Decisão Normativa TCU 146/2015, Decisão Normativa TCU 147/2015 e das diretrizes que constam do Modelo enviado pelo SEBRAE Nacional.

Unidade de Gestão Estratégica – UGE
Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil – UGOC
Unidade de Controle Interno - UCI

Teresina-PI / 2015

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	14
2.1. Finalidade e Competências.....	14
2.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade	14
2.3. Ambiente de Atuação.....	15
2.4. Organograma.....	18
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	28
3.1. Planejamento Organizacional.....	28
3.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	30
3.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	70
3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos.....	71
3.2. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....	75
3.3. Desempenho Orçamentário	76
3.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	76
3.3.2. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	76
3.3.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	77
3.3.4. Informação sobre a Realização das Receitas	78
3.3.5. Informação sobre a Execução das Despesas	81
3.4. Desempenho Operacional.....	83
3.5. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	84
4. GOVERNANÇA.....	90
4.1. Descrição das Estruturas de Governança.....	90
4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados.....	90
4.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	93
4.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	95
4.5. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	96
4.6. Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados.....	97
4.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada.....	98
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	100
5.1. Canais de Acesso do Cidadão.....	100
5.2. Cartas de Serviços ao Cidadão.....	100
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	101
5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	101

Lista de Figuras, Quadros, Gráficos e Tabelas

Figura	Nome	Página
1	Organograma do SEBRAE/PI	19
2	Mapa Estratégico do SEBRAE/PI	30

Quadro	Nome	Página
1	Normas Relacionadas a Unidade Jurisdicionada	14
2	Macroprocessos Finalísticos	23
3	Macroprocesso Atendimento a Mercado e Clientes	24
4	Macroprocesso Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	25
5	Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora	25
6	Macroprocesso Desenvolvimento Produtos e Soluções	26
7	Estratégias de Atuação: Vinculação	29
8	Repasse Metodológicos das Soluções Locais	67
9	Repasse Metodológicos das Soluções Nacionais	68
10	Adequação e Desenvolvimento de Produtos	68
11	Vinculação dos Planos	71
12	Composição do Conselho Deliberativo Estadual	91
13	Composição do Conselho Fiscal em 2015	91
14	Composição Diretoria Executiva em 2015	92
15	Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Independente	95
16	Principais Sistemas de Informação Existentes	119
17	Plano de Capacitação do Pessoal de TI – Capacitações Realizadas	120
18	Força de Trabalho	120
19	Última Deliberação do TCU Atendida	127
20	Tratamento de Recomendações	128
20.1	Tratamento de Recomendações	128
20.2	Tratamento de Recomendações	128
20.3	Tratamento de Recomendações	129
20.4	Tratamento de Recomendações	129
20.5	Tratamento de Recomendações	129
20.6	Tratamento de Recomendações	130
20.7	Tratamento de Recomendações	130
20.8	Tratamento de Recomendações	130
20.9	Tratamento de Recomendações	131
20.10	Tratamento de Recomendações	131
20.11	Tratamento de Recomendações	131

Gráfico	Nome	Página
1	Projeção Crescimento Pequenos Negócios – 2013-2018	17
2	Participação dos Setores na Economia do Estado	18
3	Participação das Carteiras de Projetos - %	35
4	Número Empresas Atendidas no MCPN	62
5	Total de Empresas Atendidas no MCPN – Previsto x Realizado	63
6	Situação das Manifestações Registradas através da Ouvidoria	96
7	Índice de DOR - ID	115

Sigla	Nome
ACIP	Associação Comercial e Industrial de Piri-piri
ADAPI	Agência de Defesa Agropecuária do Piauí
AIP	Associação Industrial do Piauí
ALI	Agentes Locais de Inovação
AOE	Agentes de Orientação Empresarial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BACEN	Banco Central do Brasil
BNTM	Brazil National Tourism Mart
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Empresarial
Casa APIS	Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro
CDE	Conselho Deliberativo Estadual
CDN	Conselho Deliberativo Nacional
CGU	Controladoria-Geral da União
CGM	Comitê Gestor Municipal
COCAJUPI	Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COMAPI	Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes
COOPARN	Cooperativa Apícola da Macrorregião de São Raimundo Nonato
CSN	Contribuição Social Nacional
CSO	Contribuição Social Ordinária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DN	Decisão Normativa
DIREX	Diretoria Executiva
DITALPI	Distrito de Irrigação de Tabuleiros Litorâneos do Piauí
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EINEE	Encontro Internacional de Negócios do Nordeste
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FMI	Fundo Monetário Internacional
FAEPI	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí
FAPEPI	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FCDL	<i>Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas</i>
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí
FISPAL	Feira Internacional de Embalagens, Processos e Logística para as Indústrias de Alimentos e Bebidas
FENEART	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fundação Cepro	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
GED	Gerenciamento Eletrônico de Documentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IFPI	Instituto Federal do Piauí

UGOC	Unidade de Gestão Orçamentária e Contabilidade
UGP	Unidade de Gestão de Pessoas
UMC	Unidade de Marketing e Comunicação
UPP	Unidade de Políticas Públicas
UTIC	Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação

1 APRESENTAÇÃO

A elaboração do Relatório de Gestão do ano de 2015 do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí – SEBRAE/PI – atendeu às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e TCU nº 72/2013, da Parte “C” do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 (com alterações da DN TCU 139/2014), que trata do Relatório de Gestão das entidades “Serviços Social Autônomo”, da Portaria TCU nº 90/2014, da Decisão Normativa TCU 146/2015, Decisão Normativa TCU 147/2015 e das diretrizes que constam do Modelo enviado pelo SEBRAE Nacional.

O Relatório de Gestão apresenta os elementos identificadores da unidade prestadora de contas e também algumas informações para melhor caracterizar a unidade, tais como sua estruturação, a identificação da entidade, incluindo as normas de sua criação e finalidades bem como os principais macroprocessos, incluídos no item 2. A seguir no item 3 trata do planejamento organizacional do SEBRAE/PI, demonstrando como planeja sua atuação, os programas e projetos propostos para dar conta da sua missão, a partir dos objetivos e metas programados para o exercício do relatório de gestão. Além disso, dá uma visão da lógica de alocação de recursos adotada para a consecução dos objetivos, demonstrando a relação entre o orçamento programado e o executado e as variações significativas ocorridas.

O documento descreve ainda as estruturas de governança e de controles internos (item 4), o relacionamento com a Sociedade, focando nas medidas relativas à acessibilidade dos usuários e os mecanismos de transparência (item 5), as informações relativas ao desempenho financeiro e contábil (item 6). A seguir contempla informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental (item 7), discorrendo no item 8 sobre o atendimento de demandas de órgãos de controle.

Em 2015, as atividades e projetos realizados pelo SEBRAE/PI, também em conjunto com parceiros, alcançaram resultados significativos para a própria instituição e, principalmente, para os pequenos negócios e a sociedade. Consolidados, os resultados alcançados pelo SEBRAE/PI se apresentam nas Tabelas 23, 24, 25 e 28, por meio dos Indicadores Institucionais, das Metas Mobilizadoras, Metas de atendimento e dos limites orçamentários. Destaca-se que todas as Metas Mobilizadoras alcançaram índices de desempenho superiores em relação ao planejado para o período, mesmo considerando os enormes desafios impostos pelo crescente universo de clientes a serem atendidos, pelas distâncias percorridas e pela diversidade e quantidade de municípios do estado.

Foram atendidos mais de 26 mil pequenos negócios, focando na melhoria da gestão, ampliação de mercados e em processos de inovação. Outros 28,7 mil potenciais empresários receberam atendimentos direcionados aos temas citados e a outros como, por exemplo, empreendedorismo e formalização. Os clientes foram capacitados por meio de instrumentos de atendimento reconhecidos pela qualidade, totalizando mais de 128 mil horas de consultorias, 59,9 mil orientações, 2.277 palestras, oficinas e seminários realizados, 16 Rodadas de Negócios e 1.617 cursos.

No que tange ao ambiente legal para os pequenos negócios, o foco das ações foi a implementação estratégica da Lei Geral atingindo 30 novos municípios piauienses em 2015 com a Lei Geral implementada. Assim o Piauí atinge 209 municípios com a Lei Geral regulamentada, sendo que em 114 municípios já se encontra implementada. Os resultados decorrentes são a melhoria do ambiente de negócios a partir do fortalecimento do uso do poder de compras, ação mais

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

2. Visão Geral da Unidade

2.3 Ambiente de Atuação

A contextualização do Plano de Trabalho para 2015 contemplou um estudo de cenários possíveis para as MPE piauienses. A cada ano é verificado o nível de aderência entre o cenário de atuação escolhido pelo SEBRAE/PI em sua estratégia e a trajetória real das MPE. Dessa forma, apresentou-se o seguinte cenário:

2.3.1. Panorama Nacional

O Cenário da economia brasileira foi considerado a partir do cenário apresentado para a economia mundial que apontava para uma recuperação das economias dos países de alta renda e para um crescimento mais suave dos países em desenvolvimento, conforme tabela 1.

Tabela 1: Crescimento do PIB Brasileiro

Indicador	Histórico		Projeção	
	2003-2007	2008-2012	2014-2018	2019-2023
PIB Mundial (% a.a.)	4,7%	2,9%	3,8%	3,8%
Comércio Mundial (% a.a.)	8,2%	2,8%	5,4%	5,3%
PIB Nacional (% a.a.)	4,0%	3,1%	4,1%	4,5%

Fontes: IBGE e FMI (dados históricos)

O estudo realizado para o período 2003 a 2023, apresentava uma tendência de crescimento da economia brasileira traduzido pelo crescimento do PIB no valor médio de 4,3% ao ano e do PIB per capita no valor médio de 3,6% ao ano.

Já um estudo realizado pela LCA e SEBRAE, para o período de 2015 a 2018, apontava para um crescimento moderado, inibido pela inflação e pela necessidade de combatê-la a nível nacional.

Resumindo, para o período de 2015 a 2018, as previsões eram de uma reacomodação das bases de crescimento da economia nacional, traduzida pelas tendências listadas a seguir:

- Os ajustes fiscais esperados para 2015 deverão contribuir para uma desaceleração dos níveis de investimento, mas espera-se que, a partir de 2016 a redução da incerteza deverá permitir uma reaceleração da economia;
- No que tange à política cambial e ao comportamento da inflação, espera-se uma estabilização no longo prazo. A tendência da SELIC é de uma estabilização inicial em 11% com perspectiva de queda até o nível de 8% em 2018;
- Crescimento mais modesto da renda e do endividamento das famílias: menor espaço para alavancar o consumo;
- Exportações e Importações: devem passar a contribuir (um pouco) para o crescimento do PIB (4,5% aa), refletindo a expansão mais forte do comércio global e câmbio mais depreciado;
- Investimento sustentado pelas concessões federais somadas aos PPPs regionais;
- Ajuste fiscal iniciado em 2014 trará em 2015 realinhamento dos preços (combustíveis, energia elétrica e transportes);
- Inflação: Segundo a agência REUTERS a inflação seria um pouco menor que o esperado em 2014 mas não cederia em 2015, em meio ao cenário de um novo ciclo de aperto monetário. Neste cenário, apresentado pela pesquisa FOCUS do BACEN, o IPCA foi projetado para estar, em 2015, por volta de 6,25% e talvez fechando o ano no patamar de 6,48%. Os juros, caso o

- Registro Mercantil

Segundo os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC sobre a movimentação de constituição, alteração e extinção de empresa no Estado do Piauí, em 2014, foram constituídas 4.473 empresas, o que representa uma queda de 17,5% em relação a 2013, e o menor resultado desde 2010. Nessa perspectiva, o Piauí participa, em 2014, com 0,84% do movimento a nível nacional, com participação, ao nível regional, superior aos estados de Sergipe e Alagoas.

- PIB

Segundo o Estudo Cenário Econômico para o Nordeste 2010-2025, podemos inferir que o Estado do Piauí, tende a crescer mais (3 a 5%) que a média da região Nordeste entre 2006 e 2025.

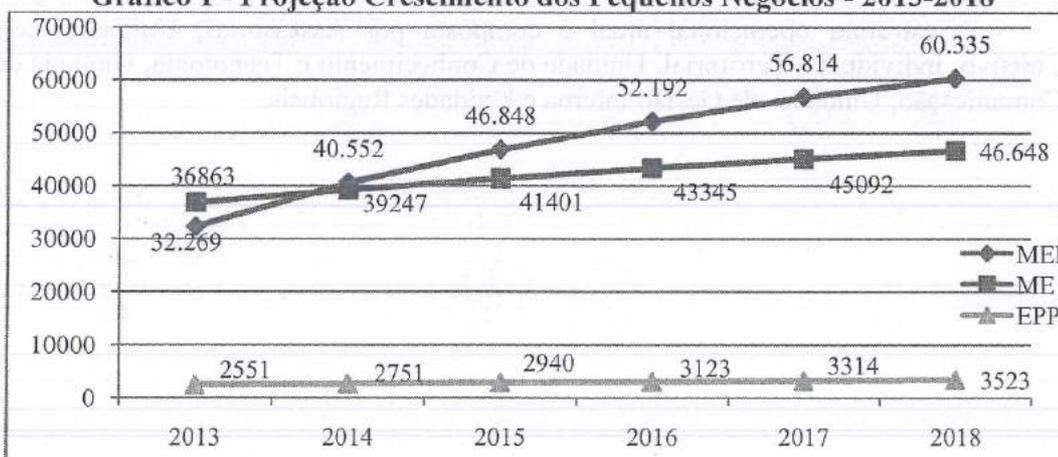
- Outros Indicativos Cenário Local

Tabela 2 - Micro e Pequenas Empresas - Piauí, Nordeste e Brasil

Indicadores	Período	Unidade	Piauí	Nordeste	Brasil	%PI/NE	%PI/BR
Nº de Empreendedores Individuais	01/08/2014	Quantidade	37.724	855.070	4.254.433	4,4%	0,9%
Nº de MPE's Optantes do Simples	01/08/2014	Quantidade	79.260	1.694.063	9.027.757	4,7%	0,9%
Registro de Empresas							
-Constituição	2013	Quantidade	3.990	77.290	471.915	5,2%	0,9%
-Alteração			5.961	154.482	1.666.248	3,9%	0,4%
-Extinção			834	50.460	2.346.212	1,6%	0,5%
Compras Governamentais da MPE junto ao Governo Federal	2013			4,21	20,46	-	-
	2012	R\$ Bilhões		2,74	15,41	-	-
	2011		0,18	3,22	15,29	5,7%	1,2%
Nº de MPE	2011	Quantidade	49.554	964.380	6.332.681	5,1%	0,8%
-Comércio			33.819	583.487	3.187.641	5,8%	1,1%
-Serviços			9.123	243.602	2.148.274	3,7%	0,4%
-Indústria			4.169	90.154	678.873	4,6%	0,6%
-Construção Civil			2.443	47.137	307.893	5,1%	0,8%

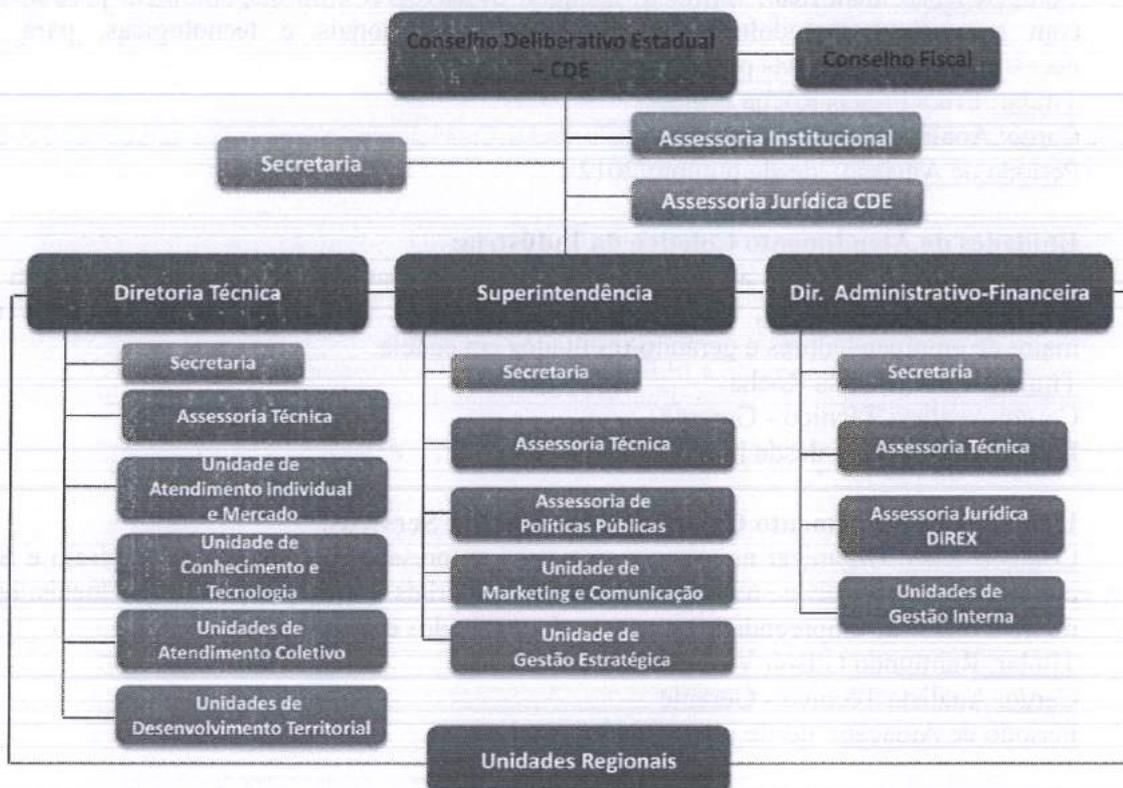
Fonte: Portal do Empreendedor / Ministério da Fazenda / SMPE / Ministério do Planejamento / Ministério do Trabalho / SEBRAE

Gráfico 1 - Projeção Crescimento dos Pequenos Negócios - 2013-2018



Fonte: Cenário de Atuação do Sistema Sebrae, estudos específicos

Figura 1 – Organograma do Sebrae Piauí



- **Unidades de Atendimento Coletivo:** Unidade de Atendimento Coletivo do Agronegócio, Unidade de Atendimento Coletivo da Indústria, Unidade de Atendimento Coletivo de Comércio e Serviços
- **Unidades de Gestão Interna:** Unidade de Gestão de Pessoas, Unidade de Gestão Administrativa, Unidade de Gestão Financeira, Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, Unidade de Orçamento e Contabilidade e Unidade de Controle Interno.
- **Unidades Regionais:** Parnaíba, Piripiri, Floriano, Picos, São Raimundo Nonato e Bom Jesus

As áreas estratégicas do SEBRAE/PI estão agrupadas em Unidades de Negócio e de Gestão, conforme destacadas a seguir:

Unidade de Negócio Finalísticas:

Unidade de Atendimento Individual e Mercado:

Competências: Apoiar, capacitar, aconselhar e orientar empreendedores e potenciais empreendedores, por meio da oferta intensiva e consistente de soluções empresariais de ponta, e inseri-los no mercado nacional e internacional.

Titular: Francisco das Chagas da Costa Holanda

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde março/2012

Unidade Regional de Floriano:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Mary Correia Moreira Kalume

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde julho/2001

Unidade Regional de Piripiri

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Helder de Freitas Costa

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde dezembro/2012

Unidade Regional de Parnaíba:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Élcio de Lima Nunes

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde fevereiro/2006

Unidade Regional de São Raimundo Nonato:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Felipe de Sousa Vieira

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2013

Unidade Regional de Bom Jesus:

Competências: Identificar as demandas dos beneficiários e clientes da sua região de abrangência que estejam inseridas nas prioridades do SEBRAE/PI e realizar seu atendimento em alinhamento com as diretrizes do órgão.

Titular: Kássio Castelo Branco Silva

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde maio/2015

Unidade de Gestão:

Assessoria de Políticas Públicas

Competências: Criar ambiente favorável ao surgimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas em larga escala e com forte impacto nos resultados institucionais.

Titular: Solange Lopes Azevêdo

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde outubro/2012

Unidade de Tecnologia da Informação e da Comunicação:

Competências: Disponibilizar soluções informatizadas adequadas às necessidades do SEBRAE/PI, planejando, orientando, coordenando, acompanhando e avaliando o desenvolvimento das ações voltadas para a informática e para a comunicação de dados.

Titular: Juliana Lira da Fonsêca

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde junho/2008

Unidade de Controle Interno:

Competências: Assistir ao Conselho Deliberativo Estadual, Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva e às Unidades Operacionais e de Gestão, em matéria relacionada à orientação, acompanhamento e controle dos atos de gestão do SEBRAE/PI.

Titular: José Fernandes Almeida Neto

Cargo: Analista Técnico - Gerente

Período de Atuação: desde setembro/2011

2.5 Macroprocessos finalísticos

Para execução das suas atividades finalísticas, o SEBRAE/PI mantém quatro macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais: Atendimento a Mercado e Clientes, Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios, Promoção da Educação e Cultura Empreendedora e Desenvolvimento de Produtos e Soluções.

O quadro abaixo apresenta sucintamente os macroprocessos ligados às áreas fins da instituição:

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Atendimento a Mercado e Clientes	O Atendimento Individual representa o principal <i>locus</i> de escuta das necessidades do cliente e, portanto, o elemento de tração do processo contínuo de definição de estratégias de gestão do conhecimento em prol da gestão do relacionamento com o cliente.	<ul style="list-style-type: none"> • Informação • Orientação Técnica • Consultoria • Curso • Palestra • Oficina • Seminário • Eventos de Mercado • Publicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Potencial Empresário • Potencial Empreendedor 	Unidade de Atendimento Individual e Mercado
				Unidade de Comunicação e Marketing
				Unidades de Atendimento Coletivo
Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios	Macroprocesso voltado para a criação e institucionalização de um ambiente legal e favorável ao desenvolvimento e fortalecimento empresarial, ampliando as políticas de apoio aos pequenos negócios.	<ul style="list-style-type: none"> • Curso • Consultoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor Individual • Microempresa • Pequena empresa • Produtor Rural • Gestores Públicos 	Assessoria de Políticas Públicas Unidade de Desenvolvimento Territorial

Quadro 4 - Potencialização do Ambiente Favorável aos Pequenos Negócios

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Institucionalização da Lei Geral nos municípios	<ul style="list-style-type: none">• Consultoria de suporte aos gestores públicos;• Implantação das Salas do Empreendedor;• Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Municipal• Capacitação dos gestores públicos, compradores e fornecedores no processo de compras governamentais;• Ações conjuntas com o Tribunal de Contas do Estado;• Reativação do Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Piauí.
Fomento ao Empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none">• Realização do Prêmio Prefeito Empreendedor

c) Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Incorpora atividades voltadas para prover o SEBRAE/PI de conhecimento e soluções de informação, consultoria e educação nas áreas de gestão empresarial e educação empreendedora, para o alcance dos resultados pelos pequenos negócios.

Quadro 5 – Macroprocesso Promoção da Educação e Cultura Empreendedora

Linhas de Atuação	Principais Atividades
Fortalecimento da parceria entre as áreas de Educação, Unidade de Conhecimento e Tecnologia, Unidades de Atendimento e Unidades Regionais.	<ul style="list-style-type: none">• Formação de facilitadores estaduais para todas as soluções, ampliando o banco de profissionais nas principais cidades do interior com o objetivo de diminuir a necessidade de deslocamento e, conseqüentemente, o custo da aplicação das soluções.• Capacitação periódica da equipe técnica, credenciados e demais colaboradores sobre os Referenciais Educacionais do Sebrae, de modo a garantir a correta aplicação dos produtos e soluções.

d) Macroprocesso: Desenvolvimento de Produtos e Soluções

As atividades incorporadas consistem na adequação das soluções da matriz educacional local e nacional voltadas para atender as necessidades dos clientes e contribuir para elevar o nível de eficiência, eficácia e efetividade dos empreendimentos, de forma a prover o SEBRAE/PI de soluções, conhecimento e mecanismos de promoção da inovação, sustentabilidade e acesso à tecnologia, para promover a competitividade dos pequenos negócios.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

3. Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

- Capacitação permanente de pessoal (interno e credenciados) através de cursos abertos e Universidade Corporativa;
- Construção do Centro de Treinamento a ser finalizada em 2016;
- Abertura da Regional de Bom Jesus viabilizando uma maior cobertura do atendimento na região dos cerrados;
- Atualização permanente do parque de TI;
- Implantação do Programa Sebrae de Excelência em Gestão;
- O resultado da Pesquisa de Clima demonstra que 87,8% das pessoas estão motivadas profissionalmente com as tarefas que executam e 86,5% estão satisfeitas com o ambiente e condições de trabalho.

A avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas, foi realizada através do monitoramento sistemático e acompanhamento das metas através de reuniões gerenciais e com a direção, bem como através dos sistemas corporativos SGE e SME.

Para o período de 2015 a 2018, as prioridades estratégicas do SEBRAE/PI estabeleceram a continuidade da estratégia de atuação integrada da instituição, com ênfase no fortalecimento da gestão dos projetos voltada para melhoria da qualidade dos resultados estabelecidos para o período, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Estratégia de Atuação: Vinculação

Objetivo Estratégico Nacional	Objetivo Estratégico Local	Prioridade Local
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	Ampliar as oportunidades de acesso a mercados dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, a partir da inclusão produtiva, inovação tecnologia e competitividade.
		Ampliar e aprimorar a rede de atendimento no Estado do Piauí, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções que gerem oportunidades, aumento da competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios.
		Aumentar a competitividade dos pequenos negócios da indústria de alimentos e bebidas e da cadeia da construção civil no Território de Teresina com foco na sustentabilidade, produtividade e inovação.
		Promover a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios do comércio e serviços dos segmentos de saúde, artesanato e da cadeia do turismo dos Territórios de Teresina e Litoral Piauiense, a partir da agregação de valor com foco em mercado
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Possui projeto Sem Prioridade Local
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Disseminar a cultura da educação empreendedora no meio empresarial e junto às Instituições de Ensino (fundamental, médio e superior), promovendo o acesso dos pequenos negócios, potenciais empresários e potenciais empreendedores, através de soluções e

Tabela 3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária dos Objetivos Estratégicos em Mil

Objetivos Estratégicos Orçamento 2015	Previsto Original Ano	Valor Previsto Ajustado (2015)	Total Executado (2015)	% Executada (2015)	% Participação
P1 - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	29.776	31.394	27.691	88,21%	73,45%
P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	1.628	4.709	2.196	46,63%	5,82%
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	725	919	800	86,99%	2,12%
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	541	849	364	42,83%	0,96%
P5-Promover a cultura da gestão com foco na sustentabilidade	100	0	0,0	0,0%	0,0%
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	400	440	386	87,89%	1,02%
P8-Aprimorar a excelência da gestão interna	730	430	383	89,13%	1,02%
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	1.026	1.047	768	73,35%	2,04%
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	45	55	44	79,69%	0,12%
R3-Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes	3.841	5.861	5.071	87%	13,00%
Total vinculado a Objetivos Estratégicos	38.811	45.704	37.703	82,49%	100,00%
Gestão Administrativa	5.006	5.486	5.212	95,01%	18,45%
Gestão da Estratégia	210	210	143	68,10%	0,51%
Gestão de Pessoas	20.109	20.609	20.572	99,82%	72,80%
Gestão Financeira	773	721	663	91,97%	2,35%
Governança	500	620	611	98,50%	2,16%
Marketing e Comunicação	827	1.012	1.007	99,52%	3,57%
Orçamento e Controle	200	200	49	24,37%	0,17%
Total não vinculado a Objetivos Estratégicos	27.625	28.859	28.258	97,92%	100,00%
Total Geral	66.436	74.563	65.961	88,46%	100,00%

Fonte: SME

3.1.1.2. Prioridades Estratégicas

As prioridades locais servem de referência para a identificação das iniciativas estratégicas que podem incluir programas, projetos e planos de ação. Explicitam segmentos de clientes a serem trabalhados e possibilitam o alinhamento dos projetos e seus resultados.

para o SEBRAE/PI para a execução dos programas totalizou R\$ 6,7 milhões deste total foram executados 95,6% equivalente a R\$ 6,6 milhões.

Tabela 5 – Execução dos Recursos e Metas de Atendimento dos Programas Nacionais em R\$ Mil

Programa	Sebrae NA (CSN)			CSN		SEBRAE/PI		
	Prevista	Transferida	%	Realizada R\$	% Realização	Nº de Empresas Atendidas		
						Previsto	Executado	%
ALI - Agentes Locais de Inovação	428	428	100,0%	397	92,8%	800	757	94,6%
Educação Empreendedora	1.015	1.015	100,0%	867	85,4%	15.000	16.098	107,3%
Encadeamento Produtivo	30	30	100,0%	6.555	22,2%	0	15	0,0%
Negócio a Negócio	2.081	2.016	96,9%	2.016	96,9%	7.950	10.711	134,7%
Sebrae Mais	728	728	100,0%	723	99,3%	613	531	86,6%
Sebraetec	2.525	2.496	98,8%	2.565	98,8%	1.050	1.001	95,3%
Total	6.807	6.713	98,6%	6.575	95,6%	25.413	29.113	114,6%

Fonte: SME

Devem ser destacadas as seguintes considerações sobre a execução dos programas em relação as metas de atendimentos realizadas:

a) Agentes Locais de Inovação - ALI

Em 2015, o Programa ALI atendeu a 758 empresas que tiveram acesso às soluções do SEBRAE como consultorias e/ou cursos na área tecnológica, a partir da atuação intensiva dos agentes junto aos gestores dos projetos de atendimento individual e coletivo na capital e interior.

Segundo pesquisa realizada junto as empresas beneficiadas, dentre os principais resultados de 2015 apresentam-se:

- Das empresas atendidas 52,6% tiveram aumento de faturamento;
- 46,4% informaram que tiveram aumento entre 1 a mais de 40% no lucro mensal da empresa;
- 43% dos entrevistados informaram que tiveram redução de custos variando de 1 a mais 50%;
- Foram identificadas 852 ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento de controles internos com registro de melhorias na gestão de 613 empresas;
- Das 2.081 ações de inovação concluídas, 40,26% ocorreram nas áreas de Inovação de produtos e serviços, Tecnologia da Informação, Design, Qualidade, Produtividade, Propriedade Intelectual e Sustentabilidade;
- Considerando os índices do Radar 0 e 1, a evolução do grau médio de inovação das empresas acompanhadas pelos ALI's em 2015 foi de 2,1 para 2,3.

b) Educação Empreendedora

O objetivo do Programa é ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas escolas de ensino por meio de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação. O público-alvo assistido consistiu de alunos - potenciais empreendedores do ensino fundamental e médio de escolas da rede pública e privada.

com maior concentração em mapeamento, redesenho e melhorias de fluxo de processos e Design, com foco em ambientes (arranjo de espaços físicos, fachada, planejamento de espaços).

Destaque para o Programa Mais Mel, metodologia de transferência de tecnologias de produção, por meio de consultorias e acompanhamentos que permitem a profissionalização do setor, aumento da produtividade e conseqüentemente o desenvolvimento da apicultura. A partir da consultoria realizada através do Sebraetec o crescimento médio da produção por colméia saiu de 4,665 kg em 2014 para 12,961 kg em 2015, enquanto que o percentual de colméias habitadas aumentou de 44,34% em 2014 para 80,90% em 2015.

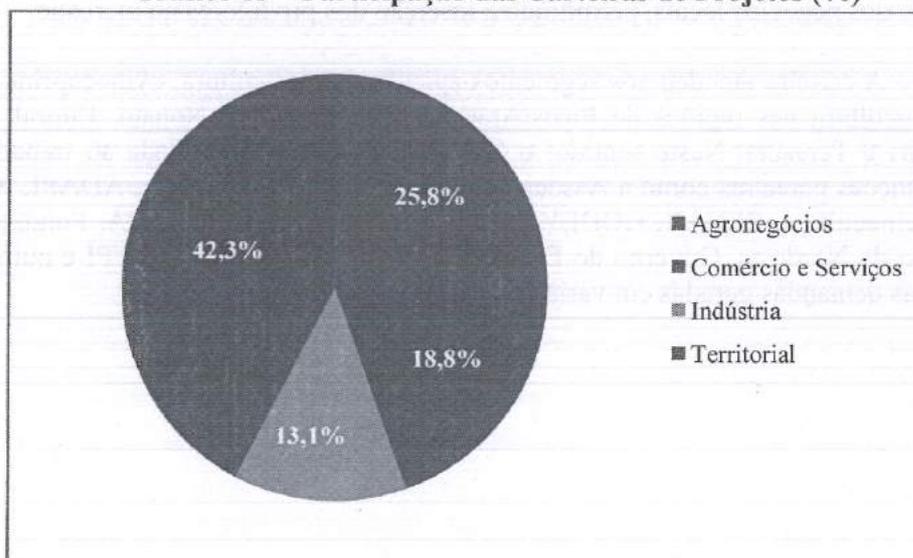
3.1.1.5. Carteiras de Projetos

3.1.1.5.1. Projetos de Atendimento

Os investimentos planejados para as carteiras de projetos de atendimento foram da ordem de R\$ 40,7 milhões, com realização de R\$ 32,2 milhões (85,5% do SEBRAE/PI e 54,0% de parceiros). A Carteira de Atendimento Territorial é a que responde pela maior fatia dos recursos previstos (R\$ 16,0 milhões).

A execução final da carteira (SEBRAE/PI e parceiros) foi de 79,0%, contudo se considerarmos apenas a execução dos recursos provenientes do SEBRAE o índice de execução é de 85,7%.

Gráfico 03 – Participação das Carteiras de Projetos (%)



Fonte: SME

Tabela 7 – Previsão e Execução dos Recursos da Carteira do Agronegócio em RS Mil

Projeto	Despesas							% Execução
	Previsto Ajustado			Execução 2015				
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total		
APIS do Norte do Piauí	450	1.150	1.600	407	140	547	34,2%	
APIS Semiárido Empreendedor	864	280	1.144	756	204	960	83,9%	
Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina	551	288	839	517	288	805	96,0%	
Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano	400	150	550	292	150	442	80,4%	
Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Parnaíba	693	200	893	618	100	718	80,5%	
Fruticultura de Floriano	326	60	386	261	31	292	75,7%	
PNSC - Negócio Certo Rural - NCR	1.020	0	1.020	0	0	0	0,0%	
PI - Sertão Empreendedor	802	400	1.202	715	400	1.115	92,7%	
Sertão Empreendedor	307	0	307	295	0	295	95,9%	
Setorial Agronegócios da Região de Picos	647	681	1.327	644	17	662	49,8%	
Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato	630	250	880	532	240	772	87,8%	
Setorial Agronegócios de Teresina	1.057	60	1.117	1.050	94	1.144	102,4%	
Tecnologia Social PAIS no Território de Floriano	394	0	394	393	0	393	99,8%	
Tecnologias Sociais no Território de Teresina	150	0	150	147	0	147	98,1%	
TOTAL	8.291	3.519	11.810	6.628	1.665	8.293	70,2%	

Fonte: SME

A execução orçamentária da Carteira do Agronegócio (70,2%) deve-se principalmente ao fato de estar sendo considerada a parcela referente aos recursos de parceiros, em sua totalidade contrapartida econômica, que não foi assumida conforme pactuada nos Acordos de Resultados dos projetos, influenciando assim no índice de execução verificado, bem como pela não implementação do Projeto Negócio Certo Rural, haja vista a postergação de sua execução para 2016 pelo SEBRAE Nacional em decorrência de ajustes negociação da parceria com o SENAR.

A baixa alavancagem por parte dos parceiros ocorreu com mais intensidade no âmbito dos Projetos Apis do Norte Piauiense e Setorial Agronegócio da Região de Picos. Ressalte que este fato não comprometeu o andamento das ações da carteira que apresentaram execução dos instrumentos de atendimento conforme demonstrado na Tabela 7.

Apis Semiárido Empreendedor

As principais ações implementadas foram:

- Continuidade das ações de implementação do Programa MAIS MEL com vistas à disseminação de Inovações e Boas Práticas de Convivência com o semiárido e da melhoria de produtividade e viabilidade econômica dos empreendimentos;
- Cooperação e Liderança, visando o fortalecimento da organização social dos produtores e melhoria do perfil das lideranças para a sustentabilidade do negócio apícola coletivo;
- Disseminação do Conhecimento e Benchmarking Apícola, com vistas a viabilização de conhecimento e apropriação de experiências exitosas para a profissionalização da atividade;
- Acesso a Mercado, com foco no aumento das exportações com valor agregado e ampliação do mercado interno.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Contrapartida dos produtores no valor de R\$ 34.809,00, na implementação do Manejo Apícola de convivência com a estiagem, nos apiários de 180 produtores rurais da região de Simplício Mendes, reduzindo em 70%, as perdas dos enxames;
- Perenização da produção de mel no período da estiagem no Piauí, com a produção de 100 ton. de mel através da apicultura migratória coletiva da CASA APIS;
- Aumento de 13 para 20 no número de casas de mel com habilitação para comercializar com o mercado europeu;
- 200 jovens de Bela Vista do Piauí, filhos de apicultores, capacitados em Manejo Tecnológico da Apicultura; Associativismo, Gestão e Boas Práticas na Colheita do mel;
- Aumento de 64,95% no volume e 100% no faturamento da exportação de mel da CASA APIS e COMAPI (1.605 ton de mel no valor 18 milhões contra 973 ton. de mel no valor de R\$ 9.648,00, em 2014);
- Incremento de 31 % no volume das vendas para o mercado interno, para grandes, médias e pequenas redes do varejo (109 toneladas num total de R\$ 1.476.831,00).

Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Produção de um Manual de Criação de Peixe em Viveiros Escavados;
- Implantação do Programa Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados em 16 restaurantes dos municípios de Campo Maior, Monsenhor Gil e Palmeirais.
- Assessoria técnica no levantamento de dados, georeferenciamento e elaboração de projetos de licenciamento ambiental de 10 fazendas de piscicultura nos municípios de Nazária e Monsenhor Gil, além de trabalhos na elaboração de 30 registros do aquicultor.
- Realização de Mostra Gastronômica a Base de Peixe, nos municípios de Campo Maior, Miguel Alves, Monsenhor Gil, Palmeirais, Demerval Lobão e Nazaria, com a efetivação de mine cursos de culinária do peixe e processamento do pescado, gastronomia;
- Realização de 27 cursos de gerenciamento da propriedade rural, técnicas avançadas de piscicultura, processamento do pescado, culinária do peixe, construção de viveiros escavados, cultivo de peixes em tanques rede, redes associativas;
- Realização de 3.544 horas consultorias tecnológica, ambiental e gerencial, in-loco voltadas para a seleção de locais visando implantação de projetos de cultivo de tilápias em tanques rede e viveiros escavados, orientações sobre qualidade de água, calculo de ração, densidade adequada e

- Realização de 6 (seis) caravanas para eventos do SEBRAE e de terceiros;
- Realização de 6 (seis) oficinas de piscicultura e fruticultura.

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Compra em conjunto pelos criadores de peixe do município de Buriti dos Lopes;
- Criação da Câmara Setorial do Leite do Estado do Piauí;

Fruticultura de Floriano

As principais ações implementadas foram:

- Realização de 505 (quinhentas e cinco) horas de Consultorias Gerencial e Mercado para grupo de Produtores;
- Realização de 145 (cento e quarenta e cinco) horas de Consultorias do Programa SEBRAETEC, com o objetivo de modernizar os processos da Associação dos Produtores e com isso ampliar o seu mercado;
- Realização de 6 (seis) Palestras: Manejo e Práticas culturais na Cultura da Banana; Melhoramento Genético da Bananeira; Qualidade Fitossanitária e Mudanças Micropropagadas de Bananeira; Controle Eficiente de Pragas da Banana; Empreendedorismo e Inovação e Técnicas de Manejo das Novas Variedades de Banana.
- Realização de 1 (uma) Oficina – SEBRAETEC (Uso de Agrotóxicos e Adubação Orgânica no cultivo de Frutas);
- Realização de Missões/Caravanas: Núcleo Rural Taquara (Cootaquara) – DF; Visita Técnica ao Sicoob/Bancoob – DF; Participação Em Rodada de Negócio em Teresina/PI; e II Convenção Empresarial de Floriano e Região – Floriano/PI.
- Realização de 3 (três) cursos: Boas Práticas Agrícolas; Técnicas de Irrigação e Relações Interpessoais.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento da comercialização de frutas em torno de 15% (queda em relação a 2014) e redução de 25% custos de produção - (Fonte: ACIPI);
- Adoção de Novas Técnicas de manejo e de melhoramento genético da banana.

PI - Sertão Empreendedor

As principais ações implementadas foram:

O projeto contemplou ações em 36 (trinta e seis) municípios: Anísio de Abreu, Aroazes, Bela Vista do Piauí, Bonfim do Piauí, Caldeirão Grande, Campinas do Piauí, Caracol, Coronel José Dias, Colônia do Piauí, Dirceu Arcoverde, Dom Expedito Lopes, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Fronteiras, Guaribas, Inhumas, Itauera, Jacobina do Piauí, Jaicós, Lagoa do Sítio, Massapê, Monsenhor Hipólito, Nova Santa Rita, Novo Oriente, Oeiras, Patos do Piauí, Paulistana, Pavussu, Pimenteiras, Pio IX, Queimada Nova, Santo Antonio de Lisboa, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Wall Ferraz.

O objetivo do projeto é promover a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais no semiárido piauiense, por meio do fomento à inovação, ao

- Comercialização de 76 toneladas de carne de ovino realizada pela ASCOBETANIA – Associação de Caprinos e Ovinos de Betânia Piauí para o Frigorífico Piauí, correspondente a um montante de R\$ 1.141.616,70 em vendas;
- Implantação de duas Unidades de Terminação nos municípios de Betânia, Padre Marcos;
- Implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal nos municípios de Itainópolis, Padre Marcos, Wall Ferraz, Nova Santa Rita, Bela Vista e Jacobina (com as novas regras da CONAB a implantação do SIM torna-se obrigatória);
- Elaboração de 6 (seis) projetos para CONAB através do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, para Associações ligadas à ovinocaprinocultura dos municípios de Queimada Nova, Betânia e curral Novo, num montante aproximado de R\$ 771.000,00 equivalente a 51,4 mil quilos de carne.

Setorial Agronegócios de S. Raimundo Nonato

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações tecnológicas, abordando aspectos como: Apicultura Básica, Manejo de Colméias e Alimentação de Abelhas, além de Oficinas de Produção de Própolis, Produção de Cera e Alimentação de Abelhas;
- Realização de capacitação em técnica de Cultivo de Peixe em Viveiros Escavados, para os grupos de produtores/piscicultores no município de São João do Piauí/PI;
- Realização de capacitações em associativismo, através do curso Juntos Somos Fortes - Agronegócios, para os grupos de produtores/apicultores dos municípios de Dom Inocêncio/PI e São João do Piauí/PI;
- Realização de palestras, clínicas tecnológicas, Inspeção de Animais e Emissão de Atestados Sanitários em Feiras nos municípios de Dom Inocêncio, Canto do Buriti e São Raimundo Nonato/PI;
- Participação na IV Feira de Ovinos e Caprinos de São Raimundo Nonato/PI, realizada pela ASCCO/Associação Sanraimundense dos Criadores de Caprinos e Ovinos;
- Participação na III Expofeira de Ovinos e Caprinos de Dom Inocêncio/PI, realizada pela Prefeitura Municipal;
- Participação na II EXPOCANTO de Canto do Buriti/PI, realizada pela Prefeitura Municipal;
- Realização de Palestras, abordando temas como: Manejo de Colméias, Produção de Própolis e Alimentação de Abelhas;
- Realização de Consultorias Tecnológicas através do SEBRAEtec no segmento de piscicultura no município de São João do Piauí, abordando a melhoria da produção e a produtividade;
- Realização de Consultorias Tecnológicas através do SEBRAEtec no segmento de apicultura para aproximadamente 90 apicultores do Território Serra da Capivara, utilizando a metodologia do Programa MAIS MEL, com ênfase na abordagem da melhoria da produção e a produtividade;
- Realização do II Seminário de Apicultura da Serra da Capivara na cidade de São Raimundo Nonato/PI, com a participação de apicultores de 08 municípios da região;
- Realização de Caravanas de Produtores, através de participação no II Seminário de Apicultura da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato/PI e participação em Reunião Técnica com a equipe do Governo do Estado durante o V Festival da Uva em São João do Piauí/PI.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Comercialização de 400 toneladas de mel através da COOPARN, movimentando aproximadamente R\$ 3,5 milhões;
- Diminuição de 30% na perda dos enxames dos apicultores atendidos pelo MAIS MEL;

- Produtores integrados no processo de Compras Governamentais e iniciação de acesso à Compras Institucionais;
- Aumento da renda mensal familiar com variação de 0,5 a 2,5 salários mínimos – oriunda da comercialização da produção excedente das unidades PAIS.

Tecnologias Sociais no Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Implantação de unidades de produção - PAIS nas Comunidades Vale da Esperança e Serra do Gavião;
- Revitalização da Horta Comunitária da Comunidade Soinho;
- Melhoramento produtivo da Comunidade Ave Verde;
- Capacitação Continuada das famílias de produtores nas áreas tecnológica, organizacional, gerencial e alimentar;
- Realização de Feiras Agroecológicas para comercializar os produtos;

Principais resultados decorrentes da implementação do projeto:

- Melhoria na renda e maior segurança financeira ao longo do ano, registrando renda média familiar mensal da ordem de R\$ 850,00;
- Acessos aos canais de comercialização e compras institucionais;
- Na área social houve melhorias nos trabalhos coletivos e na autoestima individual e do grupo;
- Reforço na qualidade da alimentação familiar em função do aumento e diversificação da produção da horta;
- Aumento no poder aquisitivo da família;
- Redução do esforço físico dos horticultores em função da implantação da irrigação por gotejamento.

b) Comércio e Serviços

A carteira do Comércio e Serviços implementou 10 projetos, atingindo 526 empresas (62% microempresas, 14% empresas de pequeno porte e 24% microempreendedor individual). O montante de recursos previstos (SEBRAE/PI e parceiros) foi da ordem de R\$ 6,9 milhões, com alavancagem de R\$ 1,5 milhões de parceiros. A execução orçamentária da carteira foi de 86,5%. Considerando somente recursos do SEBRAE/PI a execução atinge 90,1%. A carteira de Comércio e Serviços é a que apresentou o maior índice de execução, conforme apresentado na Tabela 9.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Comércio e Serviços foram:

ExpoARTE Piauí e Piauí - Brasil Original

As principais ações implementadas foram:

- Realização do “Casa Piauí Design” 2015;
- Implementação do Projeto Oeiras Artesanal apoiado pela inovação no encadeamento produtivo do artesanato do município, pela via da Identidade Cultural;
- Participação em Mostras Nacionais do Brasil Original, em Brasília e Mãos de Minas em Belo Horizonte onde os produtos do artesanato piauiense encontram um mercado dinâmico realizando vendas de quase 100% das peças enviadas;
- Participação no Paraty Eco – Festival, evento promovido pelo Instituto Colibri em Paraty – RJ e Feneart 2015 em Recife Pernambuco.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Criação de novas coleções artesanais com atributos da identidade cultural;
- Geração de negócios da ordem de R\$ 450 mil na participação nos eventos de mercado.

Material de Construção de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização de capacitações e consultorias nas áreas de Visual Merchandising, Relações Interpessoais, Gestão de Estoques, Atendimento ao Cliente e Gestão da Qualidade (5S);

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

Destaque para empresa piauiense participante do projeto que adotou ações inovadoras que envolvem resiliência, confiança, inovação e bons resultados de gestão, tendo sido selecionada pelo SEBRAE/NA como uma boa prática na área varejo de Material de Construção para produção de um vídeo de “caso de sucesso”.

Revitalização de Espaços Comerciais – Floriano

As principais ações implementadas foram:

- Realização do Diagnóstico do Espaço Comercial onde estão inseridas as lojas para entender a dinâmica dos negócios da área da cidade beneficiada pelo projeto;
- Realização da pesquisa de opinião para entender o perfil de consumo das pessoas que migram no entorno do espaço a ser revitalizado;

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Melhoria da qualidade visual das lojas assistidas;
- Aceitação do público quanto a nova abordagem territorial voltada para criar um ambiente favorável à competitividade do comércio de rua de Floriano.

- Realização de capacitações e consultorias com temáticas relacionadas a estratégias de gestão de pessoas, qualidade, certificação e marketing;
- Realização de cursos técnicos especializados em parceria com as entidades SENAC e SEST/SENAT, com objetivo de aperfeiçoamento.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Premiação de 2 empresas participantes do Projeto a Clínica GASTROS e o Hospital de Olhos Francisco Vilar, em sétimo e segundo lugar respectivamente, como melhores empresas para trabalhar no Piauí, pelo Instituto Great Place To Work;
- Destaque para a empresa Clínica Clinicenter, no Prêmio MPE Brasil a nível estadual;

PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções

Projeto não iniciado.

Rota das Emoções e Seus Novos Desafios

As principais ações implementadas foram:

- Aplicação de ferramentas como PAS (Programa de Alimento Seguro) P+L (Produção Mais Limpa), 5 S, Gestão Ambiental, capacitação empresarial e consultorias tecnológicas, em destaque as metodologias do Selo de Sustentabilidade e Selo de Qualidade em Serviços;
- Participação no 3º Salão de Turismo da Rota das Emoções;
- Realização da Feira de Artesanato de Luís Correia;
- Realização do Festival Gastronômico: Sabores da Rota;
- Participação nos eventos BNTM 2015 em Fortaleza/CE, WTM Latin América 2015 – Evento nacional com caráter internacional e FAMTOUR - 8 operadoras de turismo nacional (TAM Viagens/SP, Mark Travel/CE, Shalon Tour Operator/BA, Galápagos Tour/RS, Freeway/SP, Concencional Inc. Tour Operator/RJ, Schultz/PR, FM Turismo/AM, Turlines/MG e MMT Gapnet/S);
- Realização da 11ª edição do Festival do Caranguejo na cidade de Ilha Grande.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- Aumento da taxa de permanência do turista em Parnaíba de 01(um) para 03(três) dias e pela injeção de cerca de 37 milhões de reais ano na economia da região coberta pela Rota;
- Ampliação e diversificação de produtos inovadores ofertados pelas empresas assistidas através da continuidade das ações sobre Economia da Experiência, nos setores de hospedagem, alimentação, esportivo, receptivo e artesanato;
- Aumento do número de empresas piauienses certificadas nas metodologias Selo de Qualidade em Serviço – 27 empresas e Selo de Sustentabilidade com 28 empresas;
- R\$ 1.502.400,00 de negócio gerados durante o 3º Salão de Turismo da Rota das Emoções, quando houve a participação de 11 operadoras nacionais, 73 compradores da Rota, incluso agências, meios de hospedagem e alimentação, artesãos e transportes;
- Ampliação em 20% do número de operadores que vendem o destino: Rota das Emoções, tanto para o mercado nacional quanto internacional;
- Ampliação em 30% da oferta de produtos diferenciados oferecidos dentro da carteira da Rota das Emoções;

Tabela 12 – Previsão e Execução dos Instrumentos de Atendimento da Carteira da Indústria

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Previsto ajustado para 2015	Execução 2015	% Realizado 2015
Consultoria	Nº de horas	16.202	14.846	92%
Curso	Nº de Cursos	89	79	89%
Feiras	Nº de feiras do SEBRAE	3	1	33%
Missão e caravana	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	16	19	119%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	0	0	0%
Palestra	Nº de palestras	66	74	112%
Oficina	Nº de oficinas	0	2	0%
Seminários	Nº de seminários	1	1	100%
Orientação técnica	Nº de orientações	397	431	109%
Rodada	Nº de Rodadas	3	2	67%

Fonte: SME

As variações observadas nos indicadores de desempenho “número de feiras do SEBRAE (33%)” e “número de rodadas (67%)” referem-se respectivamente as ações dos projetos Setorial Indústria do Território de Piripiri e Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau e decorreram dos seguintes fatos:

- Não realização dos eventos de mercado previstos na região de Piripiri em decorrência de não ter sido viabilizada a parceria financeira necessária para os eventos;
- Não implementação do Projeto Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau por razões de ajustes na parceria com o Instituto, sendo postergado seu início para 2016.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira da Indústria foram:

Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina

Foram atendidos os segmentos de argamassas, construtoras, mármore e granito, premoldados e cerâmicas. As ações foram atreladas à gestão da Qualidade; Mapeamento, desenvolvimento e racionalização de processos; Normatização e certificação, e acesso a mercados.

As principais ações implementadas foram:

- Realização de palestras abordando tema como: canteiro de Obras para Certificação; Tributação; Redução de desperdícios e aumento da lucratividade; Gestão de Risco; Resíduos de corte de granito, segurança pessoal e eficiência ambiental;
- Realização dos cursos Gestão da Qualidade - Requisitos da ISO 9001, Gestão da Qualidade - Auditorias internas, Planejamento Estratégico, Atendimento ao Cliente, Gestão Financeira, Gestão de Estoques e Capacitação em NR-12;
- Realização de 6.195 horas de consultorias, incluindo *SEBRAETEC* e Consultoria em Gestão e tecnológica: Consultoria para aplicação de Diagnósticos do MPE, Mapeamento e Racionalização de Processos decorrentes do diagnóstico do MEG, Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com os requisitos da Norma NBR ISO 9001:2008, Consultoria Técnica para Fabricação de Artefatos de Concreto e de Adequação;

Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização do diagnóstico MPE Brasil em 13 empresas participantes do projeto;
- Realização dos cursos Aprender a Empreender e D-Olho na Qualidade Na Medida;
- Realização de Consultoria D'olho Na Qualidade Na Medida;
- Realização da palestra NR 12.

O projeto somente teve seu início após o segundo semestre de 2015 tendo implementado apenas algumas ações básicas, não havendo ainda resultados mensuráveis.

Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina

As principais ações implementadas foram:

- Realização das capacitações: Planejamento Estratégico NA MEDIDA, Gestão financeira NA MEDIDA, Gestão de Pessoas e de Equipes NA MEDIDA, D-olho na Qualidade NA MEDIDA, Gestão Estratégica de vendas NA MEDIDA, Gestão da Qualidade SEBRAE MAIS, Marketing NA MEDIDA, Cultlider – Cultura de Liderança e Relações Interpessoais;
- Realização de 1.200 hs de consultorias: produção , Planejamento Estratégico, Marketing, Financeira, Qualidade, Vendas, Consultoria SEBRATEC: Identidade Visual, Desenvolvimento Sistema de Controle Financeiro, Segurança Alimentos (BPF-POP), Desenvolvimento do Sistema de Pedidos Responsivo, Criação de site institucional com e-commerce e Consultoria Diagnóstico MEG em 29 empresas;
- Realização de Palestra: Redução de Custo e aumento de lucratividade; Imposto e Incentivos Fiscais para a Indústria - SEMDEC; Imposto e Incentivos Fiscais para a Indústria – SEFAZ; Imposto para a Indústria - Receita Federal; Como Atrair, Conquistar e Manter Clientes; Tendências de alimentação na Indústria de Alimentos; Transforme sua ideia em modelo de negócio na Indústria de Alimentos (Modelagem de Negócio);
- Realização de Seminários: Seminário de Alimentos e Bebidas de Teresina, Tendências de Alimentação na Indústria de Alimentos, Segurança no Trabalho, O Que o Programa PAS pode Fazer por sua Empresa e Eficiência Energética: Como lucrar Economizando Energia;
- Missão Técnica: FISPAL TECNOLOGIA 2015 - SÃO PAULO/SP e FISPAL NORDESTE 2015 - RECIFE/PE;
- Rodadas de Negócios: Rodada de Negócios entre a empresa Vinagreira São Jorge e Rede de supermercados Comercial Carvalho e Rodada de Negócios entre a empresa de Suco Melhor Sabor e Rede de Mercadinhos Super 10, ambas durante o Movimento Compre do Pequeno 2015.

Indústria de Panificação de Teresina

- Realização de 19 capacitações: Os cursos realizados possibilitaram conhecimento e ferramentas de gestão aos empresários, dentre eles, o de Gestão Estratégica de Vendas oportunizou a revisão das estratégias utilizadas nas empresas;
- Realização de 4754 horas de consultorias: Foram realizadas consultorias de implantação ou renovação das BPFs, como uma solução orientadora para atendimento a legislação sanitária. As consultorias de inovação via SEBRAEtec possibilitaram avanços no design e identidade visual das empresas, como também, no desenvolvimento de embalagem para produtos, além de

- Realização de 21 capacitações voltadas para a área de produção, finanças, empreendedorismo, liderança, planejamento, vitrinismo, desenvolvimento de coleção e mercado, inclusive SEBRAE Mais e Empretec;
- Acesso a feiras e missões: Festival de Inverno de Pedro II, Cachaça Fest e Festa do Bode.

d) Atendimento Territorial

O Atendimento territorial representa o contato massivo com os pequenos negócios e empreendedores, consolida a perspectiva de atender o cliente de forma padronizada, customizada e inovadora, suprimindo as necessidades de conhecimento e de gestão de cada cliente no âmbito das peculiaridades geográficas, setoriais e de segmentação do porte e da maturidade empresarial de cada um.

Através da carteira de projetos de atendimento territorial foram atendidos 21.701 empresas, sendo 7.832 microempresas, 12.939 empreendedores individuais e 930 empresas de pequeno porte.

Em 2015, foram 15 projetos com recursos previstos (SEBRAE e parceiros) totalizando R\$ 16,0 milhões e realização de 84,9%. Esses atendimentos foram realizados presencialmente, diretamente no local do empreendimento (Programa Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação), pela Central de Relacionamento, em Feiras e Eventos, além do atendimento pelas estratégias de premiação (Prêmio MPE Brasil, Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios) e do atendimento pelo Call Center, internet, Salas do Empreendedor e unidade móvel do SEBRAE Itinerante. Atualmente, o SEBRAE/PI conta com 7 pontos de atendimentos próprios em Teresina, Parnaíba, Piripiri, Floriano, Picos e São Raimundo Nonato, Bom Jesus e outros através de parcerias com entidades de representação empresarial e prefeituras municipais (Salas do Empreendedor).

Considerando a aplicação apenas dos recursos provenientes do SEBRAE/PI, o índice de execução atinge 87,2% aplicados em projetos de atendimento a demandas espontâneas e nos Projetos Desenvolvimento Econômico Territorial - DET, discriminados na Tabela 13.

As variações relativas aos indicadores Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE” “Nº de rodadas e “Nº de orientações” decorreram respectivamente dos seguintes aspectos: Realização das ações de mercado realizadas durante a semana do “Movimento Compre do Pequeno Negócio” que gerou demanda do público-alvo além da previsão inicial estabelecida e das demandas adicionais geradas a partir do atendimento do Programa Negócio a Negócio.

Os principais destaques dos projetos integrantes da Carteira de Atendimento Territorial foram:

Atendimento Educação Empreendedora – PI

Dentre os principais resultados de 2015:

- 26 municípios capacitados: Corrente, Ribeiro Gonçalves, São Francisco do PI, São Raimundo Nonato, Oeiras, Regeneração, Água Branca, Lagoinha, Cajazeiras, Pedro II, São Miguel do Tapuio, Buriti dos Montes, Juazeiro, Jatobá, Altos, Alto Longá, Cocal de Telha, Campo Grande, Picos, Caraúbas, Morro do Chapéu, Parnaíba, Joca Marques, Floriano, São José do Peixe e Nazaré;
- 90 escolas no estado aplicando a metodologia JEPP (21 em Teresina e 70 no interior);
- 15.647 alunos capacitados.

Desenvolvimento da Cultura Empreendedora

O Projeto capacitou 2.564 empresas e 5.449 potenciais empresários. As capacitações realizadas foram soluções da matriz educacional local, Programa SEBRAE Mais (Soluções para Pequenas Empresas Avançadas e Empretec), Na Medida (Soluções para microempresas) e SEI SEBRAE (soluções para microempreendedores individuais).

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- Realização de 178 eventos de capacitação, 214 palestras/oficinas e 1.599 horas de consultorias acopladas a treinamentos, tanto no ambiente SEBRAE como “in company” com a participação de 1.368 empresas e 5.529 potenciais empresários, totalizando 7.045 participantes nas diversas capacitações oferecidas durante o ano, além da realização do Seminário Solidário, destinado às empresas locais, sem custos.
- Realização do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios. Na edição de 2015, foram 76 empreendedoras que se candidataram ao prêmio, sendo que 68 passaram pelo processo de avaliação, resultando 3 vencedoras da etapa estadual (2 na categoria pequenos negócios e 1 na categoria produtor rural);
- Realização da Semana Empresarial de Uruçuí com a realização de palestra motivacional, oficinas SEI e capacitações para o empresariado local.

O Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios na Edição 2014/2015, na Etapa Estadual teve como vencedoras no Piauí: Pequenos Negócios: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA – BELEZA & COMAPANHIA (Teresina), Produtora Rural: MARCILENE LUSIA BARBOSA - (Jaicós) e categoria Micro Empreendedora Individual: OLÍVIA MARIA ALVES – Centro de Artes Marciais – (Parnaíba).

No ciclo de 2014/2015 tivemos a participação de todos os Escritórios Regionais, no prêmio. A Meta estabelecida foi de 176 empresas e foram inscritas 156.

- Realização de 32 cursos, realizados no ambiente do SEBRAE, assim como também “in company”, nas áreas de: Empreendedorismo; Crédito e Cobrança; Elaboração de Projetos; Oratória; Atendimento; Vendas; Marketing, Finanças; Relações Interpessoais; Produção; Gestão; Soluções SEBRAE Mais: EMPRETEC (02) e Gestão Financeira – Sebrae Mais;
- Realização de 45 Oficinas, no ambiente SEBRAE, assim como também, “in company”, nas áreas de: Finanças, Vendas; Atendimento; Associativismo e Cooperativismo; Empreendedorismo; Motivação; Sustentabilidade e Aproveitamento de Resíduos Sólidos, Criação de Site e vendas através de Comércio online, Oficinas específicas para o Microempreendedor Individual (SEI), nas áreas de Finanças; Associativismo e Cooperativismo; Compras, Planejamento, Vendas, Empreendedorismo e Administração, além de Oficinas de Sensibilização para Programas do SEBRAE;
- Realização de 27 palestras, tanto no ambiente SEBRAE como “in company”, nas áreas de: Empreendedorismo; Motivação; Vendas; Atendimento; Associativismo; Linhas de Crédito ofertadas pelos Bancos Públicos; Regimes de Tributação; Passo a passo e benefícios do Microempreendedor Individual; Finanças; Inovação e Tecnologia; Sensibilização para Programas do SEBRAE;
- Realização de 2.766 horas de Consultorias Gerenciais e Tecnológicas (atingindo 100% da meta, visto que foi ajustada de 2.328, para este número, de acordo com a demanda).
- Realização de 1.854 orientações técnicas, realizadas através do atendimento espontâneo e grupos segmentados através dos ALIs e AOE's;
- Realização do Salão do Livro do Vale do Guaribas (Salivag);
- Formalização de 429 microempreendedores individuais.

Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri

Através das ações implementadas foram beneficiados 195 empresas e 442 potenciais empresários. Os destaques do projeto foram:

- 2.691 horas de consultorias: SEBRAEtec e consultorias gerenciais voltadas principalmente para a área financeira, controle de estoque e desenvolvimento de equipes;
- 41 cursos- soluções dos Programas NA Medida e SEBRAE MAIS;
- 49 Palestras/oficinas: microempreendedor individual, oficinas SEI, gestão, financeira, marketing e mercado;
- 403 orientações técnicas através do Programa Negócio a Negócio;
- Realização das feiras Festival do Peixe de Esperantina, Festa do Leite de São José do Divino e Festa do Bode de Batalha.

Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato

Foram beneficiadas com as ações 380 empresas e 450 potenciais empresários, atendendo os de Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio de Oliveira, Lagoa do Barro, Pajeú, Tamboril, João Costa, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, São Raimundo Nonato, Canto do Buriti e São João do Piauí.

As principais ações implementadas através do projeto foram:

- 25 cursos: Atendimento ao Cliente, Gestão da Inovação, EMPRETEC, e Soluções Na Medida;
- 1.112 horas de consultorias gerenciais e tecnológicas;

- a) No sentido de estreitar a relação com a empresa que presta o serviço e melhorar/alinhar o nível de informações e procedimentos, foram realizados no decorrer do ano 2 Workshops com participação da equipe da Central de Relacionamento e SEBRAE/PI;
- b) A Central de Relacionamento foi inserida no Programa de Desenvolvimento de Fornecedores – PDF, que busca a certificação das empresas fornecedoras acompanhadas em 2015.

O atendimento móvel itinerante através do **SEBRAE Mais Perto de Você** deu continuidade as ações de descentralização do atendimento em 05 (cinco) municípios do interior do estado atingindo potenciais empreendedores, microempreendedor individual e microempresas locais por meio de parcerias com as prefeituras dos municípios atendidos. As ações consistiram na realização de orientações presenciais e palestras/oficinas, se constituindo num importante instrumento na geração de receitas de empresas beneficiadas.

Através do **Programa Negócio a Negócio** foram atendidas 10.711 empresas (MEI e ME) através de consultorias e orientações técnicas. Foram aplicadas junto ao público-alvo 54 soluções educacionais, sendo identificados 10 Casos de Sucesso entre as empresa participantes, inclusive com empresa contemplada com o Prêmio Mulher de Negócio.

Reconhecer as microempresas e empresas de pequeno porte que promovem o aumento da qualidade, produtividade e competitividade, pela disseminação de conceitos e práticas de gestão - esse é o objetivo do **Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas - MPE Brasil**. Em 2015, das 728 empresas que se inscreveram concorrendo ao prêmio, 668 foram habilitadas, chegando ao final com 5 classificadas. O resultado apresentou uma vencedora estadual (empresa do setor de saúde) no destaque de inovação, sendo selecionada para a etapa nacional.

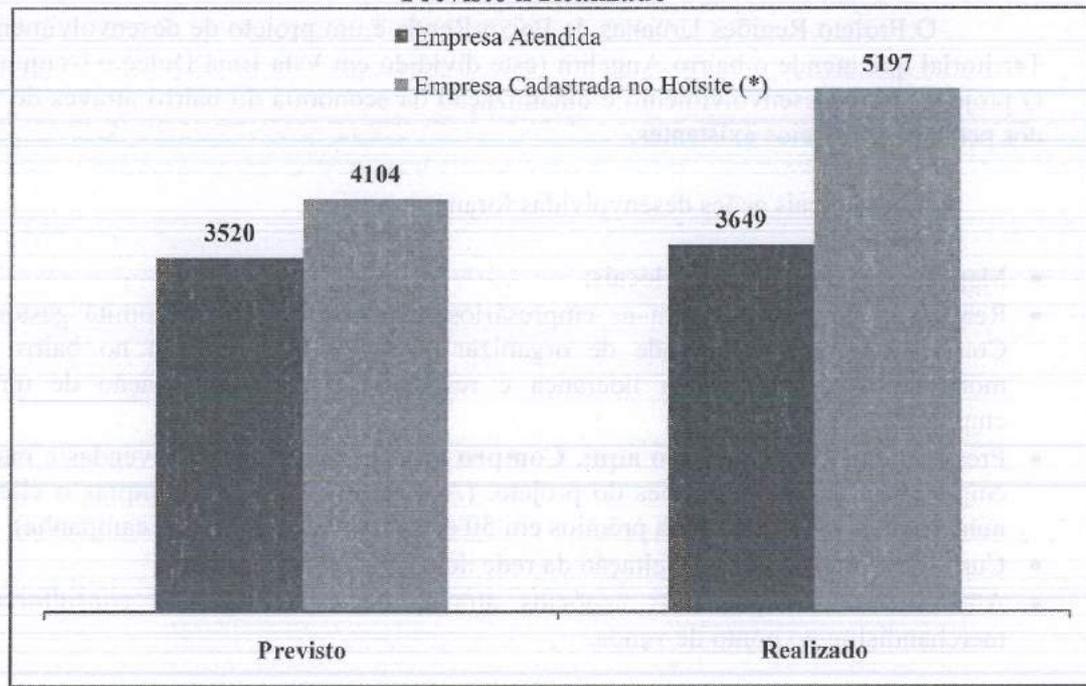
Outros destaques:

- **Realização da 7ª Semana do MEI** que contribuiu de forma significativa para o aumento do número de microempreendedores individuais do estado do Piauí. No total foram 962 formalizações. O evento contribuiu também para a qualificação desses empreendedores, sendo capacitados mais de 900 empreendedores;
- **Realização do Movimento Compre do Pequeno Negócio**

Iniciativa de caráter nacional com o propósito de alinhar estratégias e implementar ações no estado, com o objetivo de conscientizar a sociedade consumidora sobre a importância dos pequenos negócios e reforçar o conceito de que comprar dos pequenos é um ato de cidadania que ajuda a construir um país melhor, com ganhos para toda a comunidade.

No Piauí o movimento apresentou os seguintes resultados:

**Gráfico 5 – Total de Empresas Atendidas no MCPN
Previsto x Realizado**



Inteligência de Mercado

As principais ações desenvolvidas foram:

- Diagnóstico de Mercado destinado ao setor TI, aplicado em 32 empresas participantes do projeto;
- Prospecção, seleção, orientação e inscrição das empresas participantes do EINNE – Encontro Internacional de Negócios do Nordeste 2015. No Piauí foram inscritas 17 empresas, sendo que 14 participaram efetivamente do evento sendo gerados os seguintes resultados:
 - ✓ Negociações das empresas piauienses realizadas durante o evento: R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais);
 - ✓ Negociações a serem consolidadas compras/vendas até 90 dias: R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais);
 - ✓ Negociações a serem consolidadas compras/vendas até 1 ano: R\$ 1.385.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil reais).
- Atualização dos cadastros e anúncios das 15 empresas participantes do projeto SBDC para retomada da ação em 2016;
- Apoio a Missão Empresarial Feira de Cantão 2015 e preparação do grupo de empresários participantes da Missão Empresarial com a realização do curso Planejando para Internacionalizar;
- Realização de diagnósticos nas empresas (24 de ofertantes e 19 canais de comercialização) para formação de um conjunto de MPEs do Programa e viabilizar a prospecção de negócios na plataforma do Programa Comércio Brasil;
- Realização de rodadas de negócios com as redes varejistas: Rede Super 10, Rede Mais e Rede Piauí e as empresas Banzeirinho, Império Doce, Cajuespi, Mel Wenzel, Metal Bigorna, Suco o Melhor Sabor, Mel Wenzel, Rapadura São Pedro, Tempero São Jorge e Monte Santo.

- Dois municípios com lei geral implementada, atingindo a meta proposta;
- Membros da rede capacitados, e agindo no fortalecimento da rede com a disseminação de contatos e articulando ações do projeto mobilizando público alvo;
- Inclusão de práticas de controle financeiro pelas empresas de pequeno porte e microempresas;
- Aumento nos números de formalização no território;
- Criação de agenda de eventos e ações na sala do empreendedor.

PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense

As principais ações desenvolvidas foram:

- 16 Oficinas No Campo para produtores rurais
- 12 Oficinas SEI;
- 4 Cursos Na Medida;
- 13 Palestras realizadas;
- 09 Cursos com temas variados;
- 576 horas de Consultoria;
- 272 empresas atendidas e orientadas através do Programa Negócio a Negócio;
- Criação da rede de Cooperação Pública e Privada do território;
- Realização do I Encontro de Agentes do Território do Litoral Piauiense.

Os principais resultados decorrentes das ações do projeto foram:

- 20 Empresas realizando fechamento de caixa, definição do Pró-Labore, acompanhamento de Fluxo de Caixa, demonstrativo de resultados, controle entre os pagamentos e recebimentos com utilização de planilha eletrônica.
- 03 municípios com Plano de Compras Anuais elaborados para facilitar a compra das empresas locais e participação nas licitações públicas;
- 03 municípios com Lei Geral da Micro e Pequena Empresa Implementada passando a integrar o sistema de Monitoramento da Lei Geral;
- Criação de uma rede regional de agentes de desenvolvimento para discussões das questões inerentes às ações do projeto e processo de desenvolvimento do território;

Piauí - Desenvolvimento Econômico Territorial - Serra da Capivara

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização do I Encontro da Rede de Cooperação para a validação do Plano Macro de Desenvolvimento do Território Serra da Capivara;
- Implantação do SIM - Sistema de Inspeção Municipal de Canto do Buriti;
- Elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento;
- 32 empresas atendidas pela consultoria *Visual Merchandising e Vitrinismo* nos municípios de São Raimundo Nonato, Bonfim, Caracol e Jurema;
- Realização do I Seminário de Microcrédito nos municípios de Canto do Buriti, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Bonfim, Jurema e Caracol. O Seminário contou com a participação das instituições financeiras Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste;
- Identificação de potenciais oportunidades de negócios dos municípios;

- **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2015:** ocorreu no período de 19 a 25 de Outubro de 2015, liderada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, no intuito de sensibilizar e mobilizar a população em torno dos temas de LUZ, CIÊNCIA E VIDA, valorizando a criatividade e a atitude científica, como forma de fortalecer a política de desenvolvimento de Ciência & Tecnologia em todo o Território Nacional, bem como sensibilizar e discutir a importância da luz e das tecnologias ópticas na vida dos cidadãos. O evento é uma ação articulada do Governo Federal entre os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com os Governos Estaduais e o SEBRAE NACIONAL.

No Estado do Piauí, a SNCT 2015 aconteceu em parceria com o Governo do Estado através da Superintendência de Ciência e Tecnologia – SEDET – e demais parceiros: FAPEPI, SENAC, FECOMÉRCIO, SESI/SENAI/IEL, FIEPI, UFPI, UESPI, IFPI, E EMBRAPA. Em 7 dias de programação ocorreram as seguintes ações:

- 01 seção solene com premiação para o Prof. Dr. Pimentel da Universidade Federal do Piauí;
- 03 palestras magnas com os temas “ O papel Institucional da SEMINPER sobre Energias Renováveis no Estado do Piauí”, “Como unir Ciência, Tecnologia e Negócios - o caso da 3Dux” e “A importância do Código de Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”;
- 01 seminário, com foco em Inovação e competitividade realizado em Teresina.
- 25 palestras e vinte e nove clínicas tecnológicas;
- 01 showroom tecnológico com stand dos parceiros;
- Realização da PIAUITEC- com exposição de mais de 100 projetos de pesquisa e visitação de 2000 pessoas nos três dias do evento.

A UCT também realizou ações voltadas para as unidades finalísticas, destacando-se a capacitação de 202 consultores e instrutores com 153 habilitados, através dos repasses de soluções nacionais e locais elencadas no quadro a seguir:

Quadro 8 – Repasses Metodológicos das Soluções Locais

Soluções SEBRAE
Aprender a Empreender
Gestão Estratégica de Vendas NaMedida
D’olho na Medida
Jovens Empreendedores Primeiros Passos
Gestão Financeira NaMedida
Transforme sua Ideia em Modelo de Negócios
Planejamento Estratégico NaMedida
Plano de Negócios
Gestão Empresarial Integrada
Oficina Análise de Negócios
Diagnóstico de Lojas Sebrae
Custos para Produzir no Campo
Tributação Na Medida
Curso Estratégias Educacionais Vivenciais
Análise de mercado

f) Projetos de Articulação Institucional

Os projetos de articulação institucional foram implementados pela assessoria de Políticas Públicas, abrangendo:

Promoção dos Pequenos Negócios nas Compras Governamentais

O principal desafio em 2015 foi a continuidade do processo de regulamentação da Lei no Estado do Piauí, principalmente no aspecto relativo a aplicação do capítulo V, que trata das compras governamentais.

Após várias articulações com o governo do Estado foi aprovado o Decreto Estadual Nº 16.212, através do qual foi regulamentado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores Individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública estadual, cujos valores estimados por item sejam de até R\$ 80 mil. Esse decreto foi assinado solenemente pelo governador do estado em cerimônia aberta ao público no dia 5 de outubro durante ação do Movimento Compre do Pequeno Negócio, em Teresina.

Neste âmbito, destacamos ainda a parceria com o Tribunal de Contas do Estado em relação a temática com a realização do Seminário de Compras com o objetivo de disseminar informações sobre o capítulo V da Lei Complementar 147/2014, que versa sobre o tratamento diferenciado às MPEs nas compras públicas.

Projeto Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí

Para atender aos seus objetivos, o referido projeto desenvolveu ações em 40 municípios que já haviam implementado a Lei Geral em anos anteriores, com foco no fortalecimento da implementação da Lei Geral através da elaboração dos planos estratégicos para os Agentes de Desenvolvimento e Salas do Empreendedor, bem como, a formação e capacitação dos Comitês Gestores para auxiliarem na melhoria da criação do ambiente favorável aos pequenos negócios, elaboração de Planos Anuais de Compras - PAC para fomentar o aumento do percentual das compras governamentais no que cerne aos municípios, formação dos Agentes de Desenvolvimento e Comissão Permanente de Licitações – CPL e de forma sistemática a implementação da Lei Geral em 20 novos municípios.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de capacitações “Uso do poder de Compra” para fornecedores e compradores;
- Realização de 2 turmas do curso de Formação Básica de Agente de Desenvolvimento capacitando 67 agentes;
- 68 Planos Estratégicos elaborados;
- Foram criados e capacitados 38 Comitês Gestores Municipais – CGM.

Resultados gerados a partir das ações do projeto:

- 30 agentes nomeados e com Plano de Trabalho elaborado;
- 30 Salas do Empreendedor modificadas e funcionando de acordo com o termo de referência;
- 20 novos municípios com Lei implementada.

3.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Quadro 11 – Vinculação dos Planos

Objetivo Estratégico Local	Prioridade	Vinculação dos Projetos
<p>PI - Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.</p>	<p>Ampliar e aprimorar a rede de atendimento aos pequenos negócios, de forma integrada e continuada, ofertando produtos e soluções voltadas para a geração de oportunidades, aumento da competitividade e fortalecimento das empresas.</p>	<p>APIS do Norte do Piauí APIS Semiárido Empreendedor Atendimento Empresarial no Território dos Cerrados Cadeia Produtiva da Construção Civil no Território de Teresina Desenvolvimento da Cultura Empreendedora Desenvolvimento da Piscicultura na Região de Teresina Desenvolvimento Empresarial da Região de Floriano Desenvolvimento Empresarial da Região de Parnaíba Desenvolvimento Empresarial da Região de Picos Desenvolvimento Empresarial da Região de Piripiri Desenvolvimento Empresarial da Região de S. Rdo Nonato Desenvolvimento Empresarial da Região de Teresina Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Floriano Desenvolvimento Setorial Agronegócios de Parnaíba</p>
	<p>Ampliar o mercado dos pequenos negócios das cadeias da apicultura, fruticultura e piscicultura, organizados em redes de cooperação/centrais de negócios, através da difusão de tecnologias apropriadas a convivência com o semiárido, gestão, inovação e c</p>	<p>Design, Moda e Decoração no Território de Teresina Economia Criativa no Território Teresina Encadeamento Produtivo Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina ExpoARTE Piauí Fortalecimento do Polo de TIC da Região de Teresina Fortalecimento do Polo Empresarial de Saúde em Teresina Fruticultura de Floriano Indústria de Alimentos e Bebidas do Território de Teresina Indústria de Panificação de Teresina Inteligência de Mercado</p>

P2 - Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	Sem prioridade	Aprimoramento do Ambiente Legal e Institucional
		Implantação e Desenvolvimento da REDESIM no Estado do Piauí
		PI - DET na Implementação da Lei Geral
		PI-Desenvolvimento Econômico Territorial na Implementação da Lei Geral
		Promoção dos Pequenos Negócios nas Compras Governamentais
		Sebrae/PI - Implementação Estratégica da Lei Geral no Estado do Piauí
		Sebrae/PI - Implementação estratégica da lei geral no estado do Piauí - Fase II
P3 - Promover a educação e a cultura empreendedora	Promover a educação empreendedora junto aos alunos de ensino fundamental, médio e superior, em parceria com instituições de ensino público e privado do Piauí	Atendimento Educação Empreendedora - PI
R1 - Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	Promover a melhoria contínua dos processos e o aprimoramento das competências das equipes internas e credenciados voltadas para o atendimento e o alcance dos resultados	Educação Corporativa
		Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho
P6 - Ter excelência no desenvolvimento de produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	Sem prioridade	Desenvolvimento e Adequação das Soluções Educacionais e Tecnológicas
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	Sem prioridade	PDF - Programa Desenvolvimento de Fornecedores do Piauí
P4 - Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	Sem prioridade	AQUINordeste - Estado Piauí
		Inteligência Empresarial

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

O monitoramento do Plano Plurianual - PPA tem como finalidade registrar a evolução da sua implementação, destacando os fatos e dados mais relevantes, os eventuais desvios e a efetivação das oportunidades para a tomada de decisão e as medidas de gestão necessárias à implementação do Plano. É um processo contínuo e simultâneo ao gerenciamento e à avaliação e é realizado através dos sistemas corporativos via web, que possibilitam a verificação do andamento, evolução e acompanhamento dos projetos/atividades.

- SIACWEB: O Sistema Integrado de Atendimento a Clientes – SIAC (<http://siacweb>) é utilizado para registro dos atendimentos aos clientes do Sistema SEBRAE em suas modalidades de consultoria, orientação técnica, cursos, palestras, oficinas, mini cursos, seminários, acesso a eventos, promoção de eventos e informações, permitindo acompanhar/monitorar a execução física conforme estabelecido em cada projeto. O monitoramento é realizado pela unidade de atendimento com periodicidade mensal;
- CORPORE RM: Sistema web (<http://corporerm/>) é utilizado para consultas financeiras dos recursos utilizados pelos projetos/atividades. Proporciona consulta e geração de relatórios de execução dos recursos aportados informando em cada ação dos projetos/atividades, o saldo inicial, o valor realizado, o valor comprometido e quanto está disponível para execução. Esse sistema pode ser acompanhado por qualquer gestor de projeto e é monitorado pela UGE com periodicidade mensal.
- SGE: O Sistema de Gestão Estratégica (SGE) (www.sge.SEBRAE.com.br), baseado na metodologia GEOR (Gestão Estratégica Orientada para Resultados), proporciona a inserção e acompanhamento dos projetos/atividades, através de módulos: Estruturação, Planejamento, Orçamento e Gestão. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal;
- SME: O Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) (www.sme.SEBRAE.com.br) consolida as informações do CORPORE RM, SGE e SIACWEB, e a partir de seus relatórios físicos e financeiros, mantém o Sistema SEBRAE informado a cerca de seu desempenho operacional, bem como, da visibilidade do investimento aportado em segmentos empresariais. O acompanhamento é realizado pela UGE com periodicidade mensal.

Além do monitoramento através dos sistemas corporativos a implementação dos planos de ação são monitoradas de três formas:

- Mensalmente são realizadas reuniões com os gerentes e gestores para acompanhar e avaliar a execução física e financeira dos projetos/atividades, com apresentação de relatórios de progresso na implementação da estratégia por cada gerente de unidade finalística do SEBRAE/PI.
- Bimestralmente a gerência de Gestão Estratégica - UGE, de Gestão Orçamentária e Contábil - UGOC e das Unidades de Negócio se reúnem com a Diretoria Executiva - DIREX para avaliar o desempenho das unidades.
- Trimestralmente a Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE Nacional envia aos SEBRAE/UF o Boletim SME que apresenta uma análise comparativa da execução física e orçamentária de todos os SEBRAE. As reuniões de acompanhamento ocorrem conforme programação previamente definida com pauta e datas informadas e comunicadas aos participantes pela UGE e/ou secretaria da DIREX.

A UGE emite, trimestralmente um relatório consolidado da gestão dos projetos e da implementação dos planos de ações de todas as unidades, identificando os principais gargalos e apresentando as principais causas de sucesso e insucesso na implementação. Esse relatório apresenta uma avaliação geral da eficácia de implementação das ações estratégicas, até o momento,

c) Liberação de Recursos Orçamentários e Financeiros fora do prazo previsto

Em função da liberação de recursos de Contribuição Social do SEBRAE Nacional ter ocorrido somente a partir de julho, a exemplo os Projetos Territórios da Cidadania, houve atraso no cronograma das ações e não foi possível executar 100% do orçamento planejado, não comprometendo a execução, uma vez que estes projetos encerram sua vigência somente em 2017.

d) Processo Licitatório

Foram identificadas dificuldades relacionadas aos processos licitatórios no âmbito dos Projetos, tais como entrada de recursos administrativos por empresas consideradas inabilitadas e morosidade na elaboração de Termos de Referências por parte dos gestores de contratos. Esta última, fundamentou a Unidade de Gestão de Pessoas para implementar um intensivo programa de capacitação em Gestão de Contratos para todos os gestores da instituição.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

3.3.3.1. Outras Transferências

Tabela 17 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2015

Instrumentos	Liberados (1)		Comprovados (2)		A comprovar (3)	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
Contr. Rep. 004/11	-	-	-	-	52.114	-
Contr. Rep. 002/13	-	-	-	80.000	-	-
Contr. Rep. 004/13	-	-	-	79.803	-	-
Convênio S/N - JUCEMG	-	397.770	-	295.630	-	102.140
TOTAL		397.770		455.433	52.114	102.140

Os valores acima estão demonstrados em valores originais sem a inclusão de rendimentos, contrapartidas das entidades parceiras e eventuais ajustes:

Vigentes em 31/12/2015		
Instrumentos	Exercícios Anteriores	Exercício Atual
QUANTIDADE	-	-

Contratos	Valor prestado conta em 2015
Quantidade	3
Valores	455.433

Em 31 de dezembro de 2015 não existe mais nenhum convênio vigente. Ressalte-se que o convênio S/N firmado com a JUCEMG venceu em 18 de dezembro de 2015, cuja análise de prestação de contas encontra-se em andamento.

Os Contratos de Repasse se referem ao desenvolvimento de ações ao âmbito do Programa de Apoio a Pesquisa em Empresas na Modalidade Subvenção Econômica a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PAPPE Integração, recursos captados junto a Financiadora de Estudos

Tabela 18 - Balanço Orçamentário

Receitas	Previsão		Execução			Despesas	Previsão		Execução		
	Original (a)	Ajustada (b)	(c)	% (c/a)	% (c/b)		Original (a)	Ajustado (b)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Receitas Correntes	56.961	71.247	61.428	107,8%	86,2%	Despesas Correntes	65.175	70.420	61.990	95,1%	88,0%
Contribuição Social Ordinária - CSO	36.769	38.043	38.043	103,5%	100,0%	Pessoal, Encargos e Benefícios	19.990	20.516	20.338	101,8%	99,1%
Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN	15.056	22.797	18.554	109,9%	72,6%	Serviços Profissionais e Contratados	31.312	33.697	27.994	89,4%	83,1%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	0	2.648	2.648	0,0%	100,0%	Demais Despesas Operacionais	13.161	14.123	12.629	96,0%	89,4%
CSO - Resserimentos	200	200	49	24,5%	24,5%	Encargos Diversos	272	666	631	232,0%	94,7%
Aplicações Financeiras	840	2.300	2.173	258,7%	94,5%	Transferências	450	1.418	398	88,4%	28,1%
Convênios com Sebrae/NA	0	0	0	0,0%	0,0%	Transferências (Sebrae/UF)	0	0	0	0,0%	0,0%
Convênios com Parceiros	1.050	1.050	0	0,0%	0,0%						
Empresas Beneficiadas	2.982	3.019	1.882	63,1%	62,3%						
Outras Receitas	84	1.190	79	94,0%	6,6%						
Déficit Corrente			562			Superávit Corrente			0		
Receitas de Capital	2.957	3.840	3.233	109,3%	84,2%	Despesas de Capital	1.261	5.163	3.970	314,6%	76,9%
Alienação de Bens	0	0	0	0,0%	0,0%	Investimentos / Outros	738	4.854	3.690	500,0%	76,0%
Ops. de Crédito / Receb. de Empréstimos	2.957	3.840	3.233	109,3%	84,2%	Financ. /Amort. de Empréstimos	523	309	290	53,5%	90,6%
Receitas Totais	59.938	75.087	64.661	107,9%	86,1%	Despesas Totais	66.436	75.583	65.960	99,3%	87,3%
Saldo de Exercícios Anteriores	8.000	5.352	-	-	-	Fundo de Reserva	1.502	4.856			
Resultado - Déficit			1.299			Resultado Superávit			X		
Total Geral	67.938	80.439	65.960	97,1%	82,0%	Total Geral	67.938	80.439	65.960	97,1%	82,0%

Fonte: SME (15/02/2016)

A receita arrecadada com Contribuição Social em 2015, comparado com a execução de 2014, evidenciou um crescimento de 7,7%, enquanto que a Contribuição Social - Saldo de Exercícios Anteriores apresentou uma queda de 16,6%.

O crescimento da execução da Contribuição Social do Nacional – CSN de 2014 para 2015 foi da ordem de 28,0%, devido ao aumento na execução das ações destinadas às chamadas públicas de projetos, projetos especiais, e programas; ações de projetos/atividades do orçamento das unidades do Sebrae Nacional e outros ressarcimentos e despesas de viagens patrocinadas pelas unidades do Sebrae/NA.

Em 2015, não foi efetivado nenhum convênio, devido às instituições parceiras preferirem assumir a execução de despesas de ações de alguns projetos ao invés de repassar recursos para o SEBRAE/PL.

O aumento de aplicações financeiras (44,1%) de 2014/2015 foi oriundo do aumento no montante de aplicação de recursos de saldo de exercícios anteriores, excesso de arrecadação da CSO e CSN.

A variação crescente na receita de empresas beneficiadas/outras receitas (7,0%) foi ocasionada pelo aumento na execução de receita com a venda de espaços físicos em feiras e em consultorias.

A receita alienação de bens/operações de crédito teve um crescimento de 397,4%, em relação a 2014, decorrente de maior volume de liberações em 2015 de parcelas do empréstimo para construção do Centro de Treinamento pelo SEBRAE/NA.

3.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas

3.3.5.1 Evolução e Aplicação dos Recursos por Natureza de Despesa

A Tabela 20 demonstra as principais despesas por natureza e compara a execução do exercício de 2015 com o exercício anterior, bem como com a programação aprovada pelo CDE/CDN.

3.3.5.2 . Execução das Despesas por Modalidade de Licitação

A Tabela 21 demonstra o total das despesas por modalidade de licitação, no Exercício de 2015.

Tabela 21 - Evolução de Despesas Pagas por Modalidade de Licitação – 2013 a 2015

MODALIDADE COMPRA	2013		2014		2015	
	VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL		VALOR EM R\$ MIL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Concorrência	1.246	3,91%	4.096,20	10,51%	5.863,75	12,92%
Convênio/Pagamento	610	1,91%	159,8	0,41%	409,81	0,90%
Convite	1.513	4,75%	483	1,24%	298,94	0,66%
Credenciamento	11.545	36,23%	13.927	35,75%	15.939,34	35,12%
Dispensa	4.808	15,09%	6.990	17,94%	5.542,66	12,21%
Inexigibilidade	1.349	4,23%	671	1,72%	1.535,71	3,38%
Pregão	10.791	33,87%	12.630	32,42%	15.795,38	34,80%
TOTAIS	31.862	100,00%	38.957	100,00%	45.386	100,00%

Fonte: Sistema RM Nucleus.

A tabela acima demonstra os valores pagos pelos SEBRAE/PI entre os exercícios de 2013 e 2015, classificados por modalidade de licitação praticada.

Entre 2014 e 2015 as variações positivas mais significativas ocorreram nas modalidades Concorrência (2,41%) e Pregão (2,38%). O principal motivo da variação nas Concorrências é a construção do Centro de Treinamentos (obra de engenharia), referente ao Contrato CD 01/2014.

A variação negativa mais significativa ocorreu na modalidade Dispensa, que vem sofreu uma redução de 5,73%.

3.4 Desempenho Operacional

Os indicadores operacionais relativos ao exercício de 2015 apresentaram os seguintes resultados:

- Execução orçamentária de 87,3% considerando o orçamento ajustado anual;
- A execução orçamentária de parceiros atingiu 54% da previsão estabelecida inicialmente;
- Dos nove limite orçamentário apenas o relativo à contrapartida da CSO não foi cumprido;
- Os Programas Nacionais apresentaram execução – física e orçamentária dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes com exceção do Programa de Encadeamento Produtivo haja vista o início da sua implementação (após o 2º semestre de 2015);
- Todas as metas relativas aos instrumentos de atendimento propostas para 2015 foram executadas.

Tabela 23 – Indicadores Institucionais

Indicadores Institucionais	Métrica	Planejado para 2015	Realizado em 2015
Índice de aplicabilidade de produtos e Serviços	0 – 10	8,0	(*)
Índice de competitividade dos peq. neg. atendidos	0 – 100%	24,0	23,0
Índice de efetividade do atendimento	0 – 10	7,8	(*)
Índice de imagem junto à sociedade.	0 – 10	8,80	8,88
Índice de imagem junto aos pequenos negócios	0 – 10	8,60	8,45
Índice de satisfação do cliente	0 – 10	8,7	(*)
Número de Potenciais Empreendedores Atendidos	Nº	11.265	16.203
Número de Potenciais Empresários Atendidos	0 - 100%	22.430	28.731
Taxa de contr. para abertura de pequenos negócios	0 - 100%	30,0	16,94
Taxa de pequenos negócios atendidos.	0 - 100%	26,4	27,6
Taxa de resultados finalísticos alcançados	0 - 100%	55,0	(*)

Fonte: SME

(*) Resultado ainda não divulgado pelo SEBRAE

3.5.1.2. Metas Mobilizadoras

Tabela 24 – Metas Mobilizadoras

Meta Mobilizadora	Planejado para 2015	Realizado em 2015	% Realizado
Meta 1: Atendimento a pequenos negócios	24.100	26.470	109,8%
Meta 2: Atendimento a Pequenos Negócios com soluções específicas de inovação	3.200	3.136	98,0%
Meta 3: Atendimento a Microempreendedor Individual	13.300	15.171	114,1%
Meta 4: Atendimento a Microempresas	9.700	10.239	105,6%
Meta 5: Atendimento a Pequenas Empresas	1.100	1.060	96,4%
Meta 6: Ampliação do número de municípios com a Lei Geral implementada	105	115	109,5%
Meta 7: Taxa de Pequenos Negócios Fidelizados	56,0%	59,1%	105,5%

Fonte: SME

3.5.1.3. Metas de Atendimento

O SEBRAE segmenta seus clientes em dois grandes grupos: Empresas e Potenciais Empresários. A tabela abaixo demonstra o desempenho do SEBRAE/PI no atendimento desses públicos. Os resultados obtidos são decorrentes principalmente das estratégias de gestão adotadas.

3.5.4. Indicadores de Desempenho Financeiro

A Tabela 27 demonstra os Índices de Liquidez do SEBRAE Piauí de 2014 e 2015.

Tabela 27 – Índices de Liquidez

ÍNDICE	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31/12/2014	31/12/2015
Liquidez Corrente $\frac{AC}{PC}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo.	Quanto Maior, Melhor	2,64	1,88
Endividamento $\frac{PC + ELP}{Ativo Total}$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 de ativo total.	Quanto Menor, Melhor	40%	54%
Capital de Terceiros $\frac{PC+ELP}{PL}$	Quanto a empresa possui de capitais de terceiros para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido	Quanto Menor, Melhor	66%	116%

Fonte: Contabilidade

O índice de liquidez corrente superior a 1,0 (um) contribui para imagem positiva do SEBRAE frente aos seus fornecedores pelo fato de ter capacidade de honrar seus compromissos financeiros nos prazos acordado

O crescimento de em 2015 nos índices de capital de terceiros e endividamento foi decorrente do acréscimo de provisões e obrigações com o Sebrae/NA, devido ao empréstimo para Construção do Centro de treinamento Empresarial.

3.5.5. Indicadores de Desempenho Orçamentário

Os limites orçamentários estabelecidos pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) para o Sistema SEBRAE estão divididos em dois grupos.

No primeiro grupo temos os indicadores que estabelecem limite efetivo para a ação dos SEBRAE UF e do SEBRAE Nacional. Neste conjunto estão os limites de gastos com Pessoal, Encargos e Benefícios, Custeio Administrativo e Bens Móveis.

No segundo grupo, os indicadores que impõem um desafio de gestão, neste conjunto estão os Projetos Finalísticos Coletivos, a aplicação em Inovação e Tecnologia, a Capacitação de Recursos Humanos e o Esforço de Captação de Recursos Próprios da ordem de 10% (dez por cento) das receitas de Contribuição Social do exercício.

A Tabela 28 apresenta os limites orçamentários do SEBRAE/PI alcançados no exercício de 2015.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

4. Governança

- i) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
- j) Instituto Euvaldo Lodi – IEL Núcleo Regional do Piauí;
- k) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico – SEDET;
- l) Universidade Federal do Piauí;
- m) Banco do Brasil S/A;
- n) Caixa Econômica Federal;
- o) Banco do Nordeste do Brasil S/A;

No exercício de 2015, atuaram no CDE os seguintes representantes:

Quadro 12 – Composição Conselho Deliberativo Estadual

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Domingos Sávio de Almeida Normando	Comércio	FCDL	Não Informado	01.01.2015	20.03.2015
José Rivaldo de Sousa	Comércio	FCDL	Não Informado	21.03.2015	31.12.2018
José Elias Tajra	Comércio	ACT	Presidente	01.01.2015	23.09.2015
José Moacy Leal	Comércio	ACT	Não Informado	24.09.2015	31.12.2018
Ezequias Gonçalves Costa	Indústria	AIP	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha	Agricultura	FAEPI	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Antonio Leite de Carvalho	Comercio	SENAC	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018
Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante	Comércio	FECOMERCIO	Presidente	01.01.2015	09.12.2015
João dos Santos Andrade	Comércio	FECOMERCIO	Não Informado	10.12.2015	31.12.2018
José Icemar Lavôr Neri	Estado	SEDET	Secretário	01.01.2015	31.12.2018
Humberto Paulo Cronemberger	Indústria	FIEPI	Não Informado	01.10.2015	31.12.2018
Luiz de Souza Junior	Educação	UFPI	Reitor	01.01.2015	31.12.2018
Luiz Alberto da Silva Junior	Financeiro	BNB	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018
Mardônio Souza de Neiva	Indústria	IEL	Não Informado	01.01.2015	21.06.2015
João Henrique de Almeida Sousa	Indústria	IEL	Não Informado	22.06.2015	21.01.2018
Alzira de Fátima Vieira	Mpe's	SEBRAE/NA	Gerente	01.01.2018	17.08.2015
Murilo Aquino Terra	Mpe's	SEBRAE/NA	Gerente -UAGRO	18.08.2015	31.12.2018
Sérgio Luiz Bortolozo	Agricultura	SENAR	Presidente	01.01.2015	31.12.2018
Rosélio Arnold Furst	Financeiro	BB	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018
Emanuel do Bonfim Veloso Filho	Financeiro	CEF	Superintendente	01.01.2015	31.12.2018

4.2.1.2. Composição do Conselho Fiscal em 2015

No exercício de 2015, atuaram no Conselho Fiscal os seguintes representantes:

Quadro 13 - Composição do Conselho Fiscal em 2015

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Eline Reverdosa Castro Serra	Comércio	FCDL	Não Informado	01.01.2015	27.09.2015
Paulo Sérgio Muniz Nery	Comércio	FGDL	Não Informado	01.12.2015	31.12.2015
Pedro de Oliveira Barbosa	Comércio	FECOMÉRCIO	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018
Francisco de Sousa Neto	Indústria	FIEPI	Não Informado	01.01.2015	31.12.2018

4.2.1.3. Composição da Diretoria Executiva em 2015

No exercício de 2015, atuaram na Diretoria Executiva do SEBRAE/PI:

4.2.3. Processo de Escolha de Dirigentes e Exigências quanto ao Perfil.

4.2.3.1. CDE

No CDE a escolha dos membros titulares e respectivos suplentes é feita pela Entidade Associada. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente.

Dentre os indicados é eleito o Presidente do Conselho, que precisa ter o voto concorde de pelo menos 08 (oito) conselheiros.

4.2.3.2. Conselho Fiscal

A escolha dos membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Fiscal é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

Para ser candidato é necessária a indicação de uma das Entidades Associadas ao CDE. O indicado precisa ser pessoa física capaz civilmente, diplomada em curso de nível universitário e residente no Brasil.

4.2.3.3. Diretoria Executiva

A escolha dos membros Diretoria Executiva é feita mediante eleição. Os candidatos precisam ser eleitos com voto concorde de pelo menos 8 (oito) membros do Conselho Deliberativo Estadual.

4.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Controle Interno é subordinada à Diretoria Administrativo Financeira. O Gerente da Unidade foi indicado pela Superintendência em setembro de 2011.

A atuação da UCI está em linha com o Direcionamento Estratégico do SEBRAE, com o Regulamento de Auditoria Interna do SEBRAE Nacional e com as responsabilidades funcionais da unidade. Nesse contexto, a missão da UCI é *“prover assessoramento para a efetiva aplicação dos recursos do Sistema SEBRAE em consonância com os normativos de controle interno e externo”*, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em redução de riscos, atuando de forma independente, com ética e agregando valor aos negócios.

As revisões de processo, as auditorias de conformidade, os trabalhos especiais, as orientações consultivas, os resultados do atendimento aos órgãos fiscalizadores e demais trabalhos do planejamento anual, além dos planos de ação elaborados a partir dessas atividades, são realizado por uma equipe composta pelo Gerente da Unidade e um Analista Técnico.

No exercício de 2015 foi revisado o processo de concessão e gestão do fundo fixo na sede do SEBRAE/PI em Teresina.

A UCI também realiza acompanhamento da implementação de planos de ação para eliminar os pontos e/ou desconformidades apontadas pela Auditoria Independente.

Quadro 15 - Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Independente

Item	Ponto	Status	Observação
1	Pendência tributária cadastrada junto ao Município de Teresina	Em atendimento	O SEBRAE/PI está questionando judicialmente a suposta pendência
2	Ausência de Registro de provisão de imposto de renda sobre aplicação financeira em conta bancária.	Em atendimento	A Unidade de Gestão Orçamentária e Contábil está analisando o apontamento e providenciando os ajustes recomendados.
3	Composição de Contas a Receber com maior parte do saldo vencido	Parcialmente atendido	Encontra-se em andamento revisão do procedimento de precificação e apuração de receitas pela UGE e UGF

A empresa de Auditoria Independente que procedeu às atividades no âmbito do SEBRAE/PI, emitiu opinião de que o SEBRAE/PI executou suas operações e fluxos de caixa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Opinião é acompanhada do Relatório contendo comentários sobre os controles internos e procedimentos contábeis do exercício findo em 31/12/2015, onde a Auditoria Independente emite Relatório sem ressalvas.

4.4 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O SEBRAE/PI possui como canais de denúncias ou reclamações a Ouvidoria SEBRAE que atua de forma sistêmica e eventuais denúncias internas.

O SEBRAE/PI possui, portanto, um Interlocutor estadual da Ouvidoria para dar tratamento e solução às manifestações estaduais, de clientes externos e colaboradores internos que tenham se dirigido de alguma forma (identificadas ou anônimas e realizadas pessoalmente, por telefone ou por meio eletrônico) à Ouvidoria Nacional.

Dando continuidade ao trabalho realizado no ano anterior, em 2015 foi realizada a atualização do Diagnóstico Situacional da Ouvidoria no Sistema Sebrae, para que a partir daí possa se traçar, em conjunto, as linhas de ação para a Ouvidoria. Além disso foi apresentado e aprovado o Plano de Comunicação da Ouvidoria cujo tema é “A MELHORIA DO SEBRAE PASSA POR VOCÊ”.

As manifestações dos clientes externos e internos recebidas pelo Interlocutor estadual podem ser de naturezas diversas: denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios, e essas chegam até o interlocutor estadual através de meio eletrônico, em formulário próprio, para que haja padronização no atendimento e pronto atendimento da demanda do cliente.

Vale ressaltar que em 2015 foram registradas 75 ocorrências (23% a menos que o ano anterior) não havendo nenhuma que possa ser classificada como denúncia. A natureza das ocorrências foram assim classificadas:

Tabela 30 – Natureza das Ocorrências da Ouvidoria

Crítica	Reclamação	Sugestão	Solicitação	Improcedente
1%	12%	2%	72%	13%

4.5.1. Gestão de Riscos Estratégicos

Uma vez definidas as estratégias a serem implementadas no PPA, os riscos são avaliados considerando as variáveis identificadas no ambiente interno e externo que podem afetar a implementação das estratégias estabelecidas pelo SEBRAE/PI.

Inicialmente após análise do Mapa Estratégico do Sebrae Piauí bem como da Matriz de Riscos definida pelo SEBRAE Nacional, em uma ação conjunta da Unidade de Gestão Estratégica e Unidades Finalísticas, foi elaborada a matriz de Riscos Estratégicos do SEBRAE/PI. Em seguida considerando os riscos foram avaliados aspectos impactantes na implementação das estratégias e sua probabilidade de ocorrência com a identificação de ações contingenciais de mitigação.

4.5.2. Gestão de Riscos Operacionais

No processo de gestão de riscos operacionais são utilizados controles internos. Estes controles são avaliados pela Unidade de Controle Interno em revisões de processo com a utilização da metodologia de auditoria com foco. Externamente os controles internos também são avaliados pela Auditoria Independente que emite a cada trimestre um relatório sobre análise de controles internos.

4.5.2.1. Atividades

- a) Controles eletrônicos de processos: implementados a partir de estudos e mapeamentos do Núcleo de Processos, tem como objetivo mitigar riscos de aquisições antieconômicas ou irregulares em produtos ou serviços de baixo isolado e alto número de transações. Ex: aquisição de passagens aéreas.
- b) Revisão de conformidade nos processos: efetua-se a revisão em cartas contrato para instrutoria e consultoria.

4.6 Política de Remuneração dos Administradores e Membros de Colegiados

Compõe-se a Diretoria Executiva por 03 membros: Diretor Superintendente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico.

A forma e valores da remuneração dos dirigentes são estabelecidos no Manual do Sistema de Gestão de Pessoas, que é o documento que regra as políticas e procedimentos relacionados à gestão de pessoas da instituição.

O salário-base é fixado em um valor da tabela salarial e a ele é acrescido o valor de gratificação pelo exercício da função de confiança Diretor.

No SEBRAE/PI não há a prática da remuneração variável, para nenhum dos níveis hierárquicos.

Da mesma forma que os empregados, os dirigentes usufruem da cesta de benefícios praticada pela empresa, a qual é composta por auxílio médico-hospitalar, assistência odontológica, seguro de vida coletivo, auxílio alimentação e auxílio escola.

Anualmente, a remuneração dos dirigentes é reajustada. O período e percentual do reajuste são os mesmos concedidos para todos os demais empregados. Vários fatores definem o percentual

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI**

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

5. Relacionamento com a Sociedade

O Sebrae , por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

5.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Esse item está relacionado ao Decreto 6.923/2009, que institui a necessidade de que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal realizem, periodicamente, pesquisas de satisfação junto aos usuários de seus serviços e utilizem os resultados para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial no que se refere aos compromissos e padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Cidadão.

O Sebrae , por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O acesso as informações referentes a atuação da instituição, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão, a exemplo do relatório de gestão, pode ser encontrado no endereço <http://www.pi.sebrae.com.br/>, na aba “Sobre o Sebrae do Piauí” no campo transparência.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade de Contabilidade.

A Tabela 32 e 33, apresentam respectivamente, a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial do SEBRAE/PI com a comparação entre 2014 e 2015 demonstrada em seus itens mais representativos. A estrutura apresentada esta de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09.

Os dados foram obtidos do balancete de dezembro que foi oferecido para apreciação da Auditoria Externa, compatibilizados nos itens de receita e despesa com a execução orçamentária do Sistema de monitoramento Estratégico.

Tabela 32 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -DRE- Valores em R\$ 1.000							
RECEITAS	EXECUÇÃO			DESPESAS	EXECUÇÃO		
	2014	2015	% Variação (c/b)		2014	2015	% Variação (c/b)
Contribuição Social Ordinária – CSO	38.493	40.740	5,8%	Pessoal, Encargos e Benefícios	15.862	20.338	28,2%
Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN	12.935	16.554	28,0%	Serviços Profissionais e Contratados	24.369	27.994	14,9%
Convênios com Parceiros	425	-	-100,0%	Demais Despesas Operacionais	13.126	12.629	-3,8%
Convênios com o SEBRAE/NA	-	-	-	Encargos Diversos	461	630	36,7%
Aplicações Financeiras	1.507	2.173	44,2%	Transferências para Parceiros	-	398	-
Empresas Beneficiadas/Outras	1.877	1.961	4,5%	Diversas Não Orçamentárias	1.626	1.562	-3,9%
Diversas Não Orçamentárias	406	2.563	531,3%				
SOMA	55.643	63.991	15,0%	SOMA	55.444	63.551	14,6%
Resultado Déficit Patrimonial	-	-	-	Resultado Superávit Patrimonial	199	440	121,1%
TOTAL	55.643	63.991	15,0%	TOTAL	55.643	63.991	15,0%

Fonte: SME e Contabilidade

Passivo Não Circulante – variação 85,2% - Esta variação correspondeu aos depósitos judiciais já mencionada acima no Ativo Realizável a Longo Prazo; pelos recursos de empréstimos recebidos do Sebrae Nacional e pela provisão para riscos fiscais relativas a COFINS sobre receitas de empresas beneficiadas - a Administração conservadoramente decidiu permanecer com o registro contábil da provisão para riscos fiscais (contingências) no exercício de 2015 enquanto não há uma definição definitiva sobre o tema.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, publicada pela Resolução CFC nº 2015/NBCTG27 (R3), sendo que o objetivo desta Norma é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade – Resolução CFC nº 2015/NBCT27(R3) que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, informamos que:

a) Imobilizado – Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo (ver Nota Explicativa nº 9)

b) Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50% levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (ver Nota Explicativa nº 9).

Avaliação e mensuração dos ativos e passivos

a) Ativos financeiros não derivativos

Dessa forma, a sistemática de apuração de custos é aplicada a cada projeto, considerando os seguintes itens:

- Demais custos e despesas gerais
- Despesas com viagens
- Despesas financeiras
- Serviços gráficos e de reprodução
- Materiais de consumo
- Serviços de comunicação em geral
- Custo com recursos humanos
- Custo com Suporte operacional
- Custo administrativo

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, conforme constam na página 138 e compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício e Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas

7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de Pessoas

7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

De acordo com a Resolução CDE nº. 002.01/2010, o número autorizado para o quadro de empregados de carreira é de 150 profissionais.

O exercício de 2015 foi concluído com 127 empregados de carreira, 03 diretores e 04 assessores indicados, totalizando 134 (cento e trinta e quatro) pessoas no quadro próprio.

Nesse período foram ingressos 10 pessoas no quadro e egressos 09 pessoas.

Além dos profissionais do quadro próprio, tivemos a cessão de 01 empregado do SEBRAE Nacional colaborando na estrutura do SEBRAE/PI.

No decorrer do ano, ocorreram alguns afastamentos superiores há 15 dias:

- 02 licenças maternidade;
- 02 afastamentos temporários com suspensão de remuneração, solicitados por motivos pessoais;
- 02 licenças doença.

A estrutura de carreira do SEBRAE/PI é composta pelos espaços ocupacionais: Assistente (níveis I, II e III) e Analista (I, II e III), além destes, existem as funções de confiança Assessor indicado e Diretor.

A distribuição das pessoas ficou como demonstrado a seguir:

- Estrutura de Cargos (Espaço Ocupacional) e Funções

CARGO	QUANTIDADE	%
Assistente I	4	2,99%
Assistente II	10	7,46%
Assistente III	13	9,70%
Analista Técnico I	63	47,01%
Analista Técnico II	35	26,12%
Analista Técnico III	2	1,49%
Assessor Indicado	4	2,99%
Diretor	3	2,24%
TOTAL	134	100,00%

Forma de cálculo:

$$(10 + 09) \times 100 = 7,14\%$$

$$\frac{2}{133}$$

Com o objetivo de desenvolver competências, aumentar a motivação e propiciar o reconhecimento das pessoas, foi executado o Projeto Educação Corporativa, composto de uma gama de ações de capacitação.

Foi investido, em média, o valor de R\$ 4.423,61 em cada empregado, a fim da equipe de colaboradores estar mais apta para o trabalho que desenvolve.

Como principal efeito da execução do Projeto as pessoas adquiriram conhecimento atualizado e inovador e isso contribuiu significativamente para o atingimento dos resultados institucionais e o atendimento das necessidades dos Pequenos Negócios.

As ações educacionais levam em consideração os temas mais relevantes e demandados pelo público-alvo, e estão alinhadas aos objetivos estratégicos do SEBRAE/PI. O quadro abaixo mostra os temas ofertados em cursos do Plano de Capacitação dos Empregados do SEBRAE/PI e os respectivos quantitativos de participantes por ação realizada.

Tabela 34 – Capacitações Ofertadas aos Empregados do SEBRAE/PI

Plano de Capacitação do SEBRAE Piauí - Temas	Nº de participantes	Quantidade de horas
Módulo Comportamental - Programa de Liderança - turma de veteranos	21	4 horas
Módulo Comportamental - Programa de Liderança - turma de novos líderes	30	4 horas
Capacitação Novos Empregados: "SEMANA DE AMBIENTAÇÃO"- Turma de Fevereiro	11	40 horas
Capacitação Novos Estagiários	53	4 horas
Oficina de Criatividade para Gestão do Conhecimento	12	4 horas
Capacitação Média Training – Relacionamento com a imprensa	15	8 horas
Gestão Produtiva do Tempo	32	4 horas
Capacitação Novos Empregados: "SEMANA DE AMBIENTAÇÃO" Turma de Abril	7	40 horas
Encontro DAF Estadual - Reunião Técnica para os colaboradores da Diretoria Administrativo Financeira	51	8 horas
Formação dos Gestores em Convênios - Módulos I, II e III	27	56 horas
Palestra: Assédio Moral no Ambiente de Trabalho	54	2 horas
Capacitação Média Training – 2ª. Tuma	15	8 horas
Curso: Planejamento das Contratações, Elaboração de Termo de Referência e Responsabilidades	19	16 horas
Oficina de Gestão de Conflitos e Negociação	10	8 horas
Palestra: Equipes de Alta Performance	52	4 horas
Palestra Sustentabilidade Corporativa	13	2 horas
Capacitação Operacional Técnica - Feira do Empreendedorismo para gestores	20	4 horas
Capacitação Operacional Técnica - Feira do Empreendedorismo para pessoal de apoio contratado	63	4 horas
Workshop de Avaliação e integração 2015	58	4 horas
Total	563 participantes	224 horas capacitação

Dentre as capacitações elencadas, destacamos as dirigidas para o desenvolvimento e fortalecimento de competências de liderança, não só para os profissionais que já exercem a função

7.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Os custos associados a manutenção de Recursos Humanos totalizaram R\$ 20.338.362,57 (vinte mil, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), divididos nas seguintes rubricas:

Tabela 35 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Salários de Pessoal do Quadro Próprio	Ajuda de Custo	Gratificações	Enc. Sociais de Pessoal do Quadro Próprio	Salários e Enc. Sociais de Pessoal Requisitado	Indenizações	Benefícios	TOTAL
Exercícios	2015	10.379.262,73	55.040,59	1.072.042,62	3.701.843,07	266.877,03	1.466.449,18	3.396.847,35	20.338.362,57
	2014	8.545.608,58	35.475,74	958.881,55	3.152.153,89	250.947,37	24.351,57	2.895.014,73	15.862.433,43

Obs.: Em Salários de Pessoal do Quadro Próprio estão inclusas as despesas dos salários base, 13º. Salário e férias, de todos os empregados (de carreira, diretores e indicados).

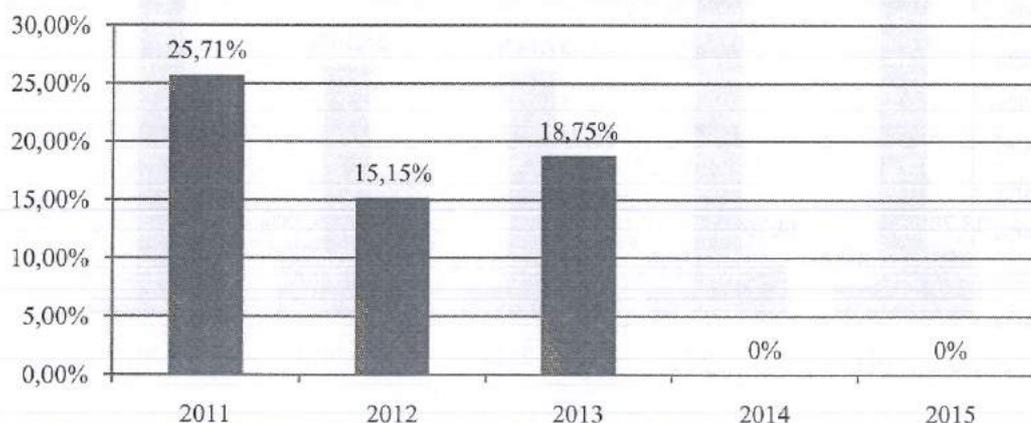
- Orientação para educação corporal e educação alimentar: palestras e informativos sobre a saúde e nutrição, buscando o controle do peso corporal, o combate ao sedentarismo e a manutenção de hábitos saudáveis para corpo e mente.
 - Aferição da pressão arterial: verificação mensal da pressão arterial e do peso dos colaboradores, visando identificar prováveis doenças e, se for o caso, encaminhar para a medicina especializada.
- PPRA (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional): visam identificar e tratar os perigos e riscos relacionados à saúde e segurança do trabalhador quais nos apontam os riscos existentes e que devem ser tratados ao longo do ano. As dependências da empresa são vistoriadas e são observadas as condições físicas do local de trabalho, que podem causar prejuízos à saúde do trabalhador, para se façam as intervenções necessárias.

A eficiência das atividades é medida por meio de Indicadores, os quais são obtidos por meio de Questionário respondido pelos colaboradores e são os seguintes:

- Índice De Massa Corporal Normal (IMCN): é a medida do percentual de colaboradores que está dentro dos parâmetros ideais de peso para sua estatura, avaliada a partir do IMC (índice de massa corporal) de cada colaborador individualmente.
- Índice de Dor (ID): é a medida do percentual de colaboradores com manifestação de dor severa na coluna cervical/lombar, nas articulações de membros superiores (ombro, cotovelo, punho e dedos) e nas articulações de membros inferiores (quadril, joelho e tornozelo).
- Índice de Atividade Física Regular (IAFR): é a medida do percentual de colaboradores que praticam atividade física regular, pelo menos 3 vezes por semana.
- Índice do Nível de Estresse (INE): é a medida do percentual de colaboradores que relataram por meio de um teste o nível de estresse em que se encontram.

Os indicadores estão a seguir apresentados:

Gráfico 7 - Índice de Dor- ID



7.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

7.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A demonstração das informações apresentadas são relacionadas ao imobiliário próprio do SEBRAE/PI e não compõem a estrutura do Patrimônio Imobiliário da União.

Tabela 36 – Imobiliário Próprio

Endereço	Ano Aquisição	Destinação	Custo de aquisição	Valor de Mercado
Av. Campos Sales, 1046-centro, Teresina/PI	1994	Edificação sede própria	413.532	39.064.668
Rua Rui Barbosa, 762-centro, Teresina/PI	1995	Edificação Centro de Treinamento (*)	82.514	565.250
Rua Almirante Gervásio Sampaio, 767-centro, Parnaíba/PI	1996	Edificação Unidade Regional de Parnaíba	200.000	1.100.000,00
Rua Marcos Parente, 429-centro, Picos/PI	2008	Edificação Unidade Regional de Picos	434.529	880.000,00
Rua Simplicio Mendes, 771-centro, Teresina/PI	2012	Estacionamento	500.000	597.550

Fonte: Unidade de Gestão Administrativa

(*) A construção do centro de treinamento foi iniciada no exercício de 2014, com previsão de término para o mês de junho de 2016, conforme contrato nº 01/2014 e aditivo nº 022/2015 firmado com a ABM Engenharia, Construções e Incorporações Ltda.

A manutenção das instalações físicas, elétricas, hidráulicas, sanitárias e de aparelhos de ar condicionados é feita com programação prévia e a mão de obra contratada, com objetivo de realizar a manutenção preventiva, detectar possíveis falhas, defeitos, etc., sempre no sentido de minimizar e/ou evitar custos desnecessários. Em 2015, o valor gasto com manutenção do Patrimônio Imobiliário foi da ordem de R\$ 732.969,88 (setecentos e trinta e dois mil, novecentos sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

A norma interna que tratará do controle e gestão do Patrimônio Imobiliário está em processo de elaboração, com previsão de conclusão no decorrer do exercício de 2016.

7.2.2 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

O SEBRAE/PI, cumprindo o seu objetivo de ampliar e interiorizar cada vez mais as ações, a disseminação das informações e a qualidade do atendimento às Micro e Pequenas Empresas e aos MEI's – Microempreendedores Individuais necessitou realizar a locação de imóveis para viabilizar a instalação e funcionamento das Unidades Regionais de Floriano, da Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL em Teresina/PI e da Unidade Regional de Bom Jesus em 2015, como também locações para funcionamento de estacionamento e arquivo de documentos na SEDE, além de lojas para exposição de produtos artesanais na em Parnaíba.

- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado.
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância.
- Especificação técnica detalhada.
- Garantia e Suporte.
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do Sebrae/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Implementação de Rede MPLS/WAN, Aceleração e Performance WAN, Reestruturação de Datacenter, Distribuição de Acesso LAN, EndPoint Security, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Balanceamento de Link, Filtro de Conteúdo Web, Rede Wireless, Comunicação Unificada, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing.

O SEBRAE/PI ainda não possui Comitê Gestor de TI.

Quadro 16 - Principais Sistemas de Informação Existentes

Sistema	Descrição	Funcionalidades	Riso. Técnico	Resp. Negócio	Criticidade
Siacweb	Sistema Integrado de Atendimento	Permite o controle de todos os registros de atendimento ao cliente, participação e promoção de feiras e eventos, capacitações.	Mauro Portela	Carla Nobre / Jonice Escórcio	Alta
TOTVs RM	Sistema de Gestão administrativa	Sistema ERP que faz o controle de compras e vendas, almoxarifado, contábil, fiscal, patrimônio, recursos humanos, ponto eletrônico e gestão de pessoas	Juliana Lira	Cruz Neto/Valéria Moraes/Marilda Moita/Pádua Evelim	Alta
GED SeSuite	Sistema de GED/Workflow	Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Workflow.	Diana Moraes		Alta
SGE	Sistema de Gestão Estratégica	Sistema que permite a construção, planejamento, orçamento e monitoramento dos projetos.	Sebrae Nacional	Carlos Jorge	Alta
SME	Sistema de Monitoramento Estratégico	Sistema de Acompanhamento de metas Nacionais	Sebrae Nacional	Carlos Jorge	Média
Sense	Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores	Sistema de definição e monitoramento de metas do Sebrae/PI.	Juliana Lira		Média

- Sistemas Corporativos e Banco de Dados – Administração de todos os sistemas corporativos do Sebrae/PI, em servidores locais, remotos, virtualizados ou físicos, e banco de dados MS SQL Server.
- Serviços de Rede e Telecomunicação – Administração de Redes e Telecom, links MPLS e ADSL, rede local, rede WAN, Rede Wireless, proteção de perímetro - firewall.
- Gestão de Segurança da Informação - Implantação da Política de Segurança da Informação através de regras de uso das soluções de TIC, assim como implantação de soluções de EndPoint Security (antivírus, antispam, filtro de conteúdo web, etc.)
- Gestão de TI - Novas Soluções/Auditoria/Gestão de Projetos – Planejamento e implantação de novas soluções e projetos de TI, sempre de acordo com o planejamento estratégico do Sebrae/PI.
- Gestão de Mudanças de Tecnologia da Informação – Processo BPM implantado para gestão de mudanças.

Dentro do Planejamento Plurianual 2015/2018 do Sebrae/PI, durante o ano de 2015 foram desenvolvidos dois grande projetos de Tecnologia da Informação:

1. Gestão de Tecnologia da Informação

Resultados:

- Melhoria dos Controles de Governança de TI.
- Manutenção Evolutiva e corretiva dos Sistemas Corporativos.
- Implantação do Sistema de Service Desk.
- Administração e Evolução do Parque Tecnológico do Sebrae/PI.

Alinhamento com o Planejamento

- Alinhado ao Objetivo Estratégico local e do Sistema Sebrae.
- R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes.
- Soluções implantadas de acordo com o PDTI vigente.

Valor Orçado: R\$ 1.107.381,00

Valor Executado: R\$ 1.058.263,93 (execução aprox. de 95%).

Execução realizada de janeiro a dezembro/2015.

2. Expansão da Modernização de Tecnologia da Informação

Resultados:

- Implantar cabeamento estruturado em todos os Escritórios Regionais.
- Ampliação da Solução de Storage.
- Melhoria na Performance de acesso aos Sistemas de Informação.

Alinhamento com o Planejamento

- Soluções implantadas de acordo com o PDTI vigente.

- SME - Sistema de Monitoramento Estratégico: Sistema de Acompanhamento de metas Nacionais.
- Sense Sistema de Análise de Negócio e Monitoramento de indicadores Sistema de definição e monitoramento de metas do Sebrae/PI.
- Service Desk - Sistema de Atendimentos de TI: Sistema de abertura de chamados, atendimento, encerramento e avaliação de atendimentos realizados pela TI.
- SGC - Sistema de Gestão de Credenciados: Permite realizar a seleção, contratação e avaliação de profissionais credenciados para prestar consultoria/instrutoria no Sebrae.

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Sebrae/PI 2013/2016 foi construído com a finalidade de atualizar e reestruturar as soluções de TI através de projetos prioritários para o processo de negócio do Sebrae/PI, identificando os níveis de prioridade, complexidade e investimento. A sua elaboração foi realizada através do levantamento de informações por meio de entrevistas com colaboradores, apresentações, análise de documentação, análise do ambiente atual, discussões técnicas e de líderes, assim como a integração do PDTI com o Planejamento Plurianual do Sebrae/PI.

A elaboração do PDTI é justificada através dos seguintes fatores:

- Identificar as necessidades de TIC do órgão, alinhada aos seus objetivos estratégicos.
- Focar esforços em ações nas quais os benefícios são maiores ou onde há necessidade.
- Aproveitar melhor os recursos disponíveis.
- Aumentar a inteligência organizacional por meio de aprendizado, revisão e análise contínua do planejamento.

As principais premissas das soluções identificadas no PDTI são as seguintes:

- Atendimento às atuais e futuras demandas do negócio do Sebrae/PI.
- Escalabilidade: suportar o crescimento do negócio.
- Continuidade: Requisitos de hardware e software com base em avaliações e tendências de mercado.
- Redundância: Elementos críticos devem estar em redundância.
- Especificação técnica detalhada.
- Garantia e Suporte.
- Compatibilidade com especificações abertas do mercado, além do legado atual do Sebrae/PI.

As principais soluções identificadas no PDTI são as seguintes: Implementação de Rede MPLS/WAN, Aceleração e Performance WAN, Reestruturação de Datacenter, Distribuição de Acesso LAN, EndPoint Security, Solução de proteção de perímetro – Firewall, Balanceamento de Link, Filtro de Conteúdo Web, Rede Wireless, Comunicação Unificada, Storage e Backup, Sistemas de Informação e Outsourcing.

Dentre as soluções destacadas acima, no ano de 2015 foram mais fortemente trabalhadas as seguintes:

- Implementação de Rede MPLS/WAN – Todos os escritórios regionais estão interligados em Rede, e em 2015, foi realizada contratação de novos links, com tecnologia mais avançada(MPLS) no sentido de melhorar a conexão dos equipamentos e serviços integrados

- Se divulgue o desempenho social do SEBRAE/PI comunicando claramente os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção ou compensação dos riscos futuros.

Atualmente o recolhimento dos Resíduos gerados pelo SEBRAE - Sede e a Central de Atendimento Empresarial – CENTRAL FÁCIL é realizado da seguinte forma: são distribuídos “kits” nos diversos pontos estratégicos, identificados como pontos de maior fluxo de “clientes”, como é o caso de corredores, pátios, sem se falar noutros pontos fixos naturais como banheiros e salas de uso geral.

Os “kits” são depósitos, que dispostos individualmente sobre o piso ou agrupados colado na parede através de suporte, abrange a 05 (cinco) tipos de resíduos caracterizados como “papel, vidro, metal, plástico e orgânico”.

Os procedimentos para recolher estes resíduos, consiste na seguinte maneira: os colaboradores que fazem essa coleta, passam pelo menos 03 (três) vezes nos pontos dos depósitos, fazendo a coleta, observando suas características para seus devidos destinos e adequação de descartes. Os resíduos são doados para a ONG “MOVIMENTO EMAÚS TRAPEIROS DE TERESINA” – CNPJ Nº 027.718.366/0001-26, à Rua Jenipapo nº 2399, Loteamento Sol Nascente – Teresina/PI.

7.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

Através da aplicação do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o SEBRAE/PI vem capacitando os fornecedores de produtos e serviços como forma de garantir eficiência e produtividade, pontualidade nas entregas, menos desperdício e mais qualidade nas entregas e respeito aos critérios de sustentabilidade.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A última ocorrência de deliberação exarada em acórdão do TCU esta discriminada na tabela abaixo. No exercício de 2015, não houve novas ocorrências. Adicionalmente informamos que não existem Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento.

Quadro 19 – Última Deliberação do TCU Atendida

Deliberações do TCU Atendidas					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-029.601/2013-4	439/2014 – 1ª CÂMARA	1.7.	Prestação de Contas	Acórdão
Descrição da Deliberação:					
1.7. Dar ciência ao Sebrae/PI que a falta de formalização de alvarás de funcionamento de seus prédios, ou a não atualização da validade dos mesmos, bem assim, a ausência de projetos de prevenção e combate a incêndios dos imóveis sob sua responsabilidade, dificultam a adoção de providência ante possíveis acidentes decorrentes de incêndios, além de constituir motivo para a determinação da paralisação das atividades da instituição em função de interdição dos prédios por parte dos órgãos de fiscalização competentes.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					
Unidade de Gestão Administrativa					
Síntese da Providência adotada					
Inicialmente foram atualizados e regularizados todos os Alvarás de Funcionamento dos prédios onde funcionam unidades do SEBRAE/PI. Adicionalmente foram contratados os planos de combate incêndio. A Sede em Teresina, maior ponto de operação do SEBRAE/PI, teve seu plano de combate a incêndio concluído e aprovado pelo Corpo de Bombeiros. As adaptações físicas no prédio do SEBRAE/PI estão sendo concluída por empresa de engenharia contratada através da Concorrência nº 05/2014 destinada a Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de Instalação de Sistema de Detecção e Combate a Incêndio, no Edifício Sede, do SEBRAE/PI.					

8.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015 foram atendidas todas as solicitações de informações da Controladoria Geral da União, foram ainda realizadas duas reuniões de busca conjunta de soluções. Foi emitido o Relatório nº: 201504020 e o SEBRAE/PI elaborou plano de ação que está em curso para atendimento das respectivas recomendações.

O plano de ação está sendo monitorado pela Unidade de Controle Interno que insere no Sistema Monitor da CGU a evolução do andamento das ações. Abaixo os quadros com a descrição de cada ponto do relatório e seu atual estágio de atendimento.

Quadro 20.3 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	2.2.1.4	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Elaborar procedimento e/ou fluxograma para conferência das notas fiscais, de forma a garantir que seja verificada a discriminação clara e precisa dos serviços prestados/bens locados, bem como os respectivos valores de cada item, apondo o atesto com a correspondente data.		
Justificativa para o não atendimento		
O SEBRAE/PI solicitou através do Sistema Monitor da CGU extensão do prazo em 60 dias, pois a implementação da ação será mais efetiva se aplicada após a formalização do normativo de regulamentação de aquisições.		
Área Responsável pela Implementação		
Núcleo de Processos		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento: estudos preliminares concluídos, aguardando aprovação do manual de aquisições para ajustes e finalização.		

Quadro 20.4 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	3.1.2.1	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Instituir, por meio de normativo interno, a formalização em processos administrativos, das aquisições de bens e contratações de serviços e/ou obras, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, fazendo constar, em páginas numeradas e sequenciais, conforme o caso: - a solicitação de aquisição e/ou contratação; - a justificativa para o enquadramento da contratação direta; - a pesquisa prévia de preço; - a autorização para a aquisição e/ou contratação; - a comprovação da regularidade fiscal da contratada; - o contrato ou termo equivalente, se houver; - o atestado da execução dos serviços e/ou obras ou fornecimento dos bens; e - as notas fiscais e outros documentos pertinentes ao pagamento.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Controle Interno		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de planejamento de contratações foi elaborada e enviada para revisão jurídica.		

Quadro 20.5 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	3.2.1.1	1 de 1
Descrição da Recomendação		
Incluir no normativo interno aplicável à gestão de compras e contratações que se submetam previamente, de acordo com a complexidade do objeto licitado, as minutas dos editais de licitação, anexos e contratos para apreciação da assessoria jurídica, de forma a contemplar todos os aspectos básicos essenciais à realização do certame, inclusive cláusulas que restringem a competitividade do certame.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Controle Interno		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento, a minuta do normativo que disciplina o processo de planejamento de contratações foi elaborada e enviada para revisão jurídica.		

Quadro 20.9 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	4.1.1.2	1 de 2
Descrição da Recomendação		
Atualizar o Manual do Sistema de Gestão de Pessoas, incluindo vedação à nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes e conselheiros do Sebrae/PI, para o exercício de funções de confiança, em observância aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Gestão de Pessoas		
Estágio do atendimento		
Plano de ação em andamento: as alterações na versão atual do SGC estão sendo preparadas e serão submetidas à aprovação do CDE.		

Quadro 20.10 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	4.1.1.2	2 de 2
Descrição da Recomendação		
Rescindir o contrato de trabalho da empregada de CPF nº ***.214.373-**, ocupante do cargo de Assessora do CDE.		
Justificativa para o não atendimento		
O CDE informou à Diretoria Executiva do SEBRAE/PI que o Ex-Presidente do CDE, CPF ***.062.453-** não é mais integrante do Conselho Deliberativo desde 23/09/2015.		
Área Responsável pela Implementação		
Não se aplica		
Estágio do atendimento		
Não se aplica		

Quadro 20.11 – Tratamento de Recomendações

Relatório de Auditoria	Item do Relatório de Auditoria	Nº Recomendação do Item
201504020	4.1.2.1	1 de 2
Descrição da Recomendação		
Elaborar e implementar controles internos administrativos para a verificação periódica de possível acumulação de cargos, empregos e funções, com incompatibilidade de carga horária e/ou de turnos de trabalho, pelos empregados da Entidade, tais como o estabelecimento de rotinas, manuais, entre outros.		
Justificativa para o não atendimento		
O prazo para atendimento pactuado no plano de ação ainda não se exauriu e as áreas responsáveis pela implementação estão atuando para o atendimento da recomendação.		
Área Responsável pela Implementação		
Gerente da Unidade de Gestão de Pessoas		
Estágio do atendimento		
Plano de ação concluído: a Unidade de Gestão de Pessoas elaborou formulário de atualização de informações cadastrais dos empregados e adotou como prática a exigência de assinatura da declaração de inexistência de acúmulo de cargos incompatíveis para novos empregados. As informações do atendimento foram inseridas no sistema Monitor da CGU. Aguardando validação.		

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ
SEBRAE/PI

Vinculado a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

9. Anexos e Apêndices

RESOLUÇÃO CDE nº 002/2016

“Aprova Relatório de Gestão contendo a Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2015”.

O Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 21, inciso I, combinado com o art. 13, inciso XI, do Estatuto Social em vigor e,

CONSIDERANDO o Parecer do Conselho Fiscal datado de 26 de fevereiro de 2016, que recomenda a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2015 por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI,

CONSIDERANDO que a matéria foi discutida, votada e aprovada pela unanimidade dos Senhores Conselheiros presentes à 148ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI, realizada nesta data,

RESOLVE:

- I) Aprovar a Prestação de Contas relativa ao exercício de-2015, constante das seguintes peças: Relatório de Gestão Anual; Balanço Patrimonial; Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstrativo de Resultados do Exercício; Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido; Balanço Patrimonial Comparado; Balanço Financeiro; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; Parecer da Auditoria Independente e Parecer do Conselho Fiscal.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Teresina, 29 de fevereiro de 2016



CARLOS AUGUSTO MELO CARNEIRO DA CUNHA
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

PARECER DO CONSELHO FISCAL

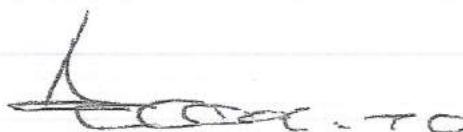
Os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal do SEBRAE/PI – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí, fundamentados no Relatório da empresa de Auditoria KPMG Auditores Independentes, datado de 04 de fevereiro de 2016, procederam ao exame e verificação dos Balanços Patrimoniais, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa, Livros e demais Documentos de Contabilidade, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, constando tudo em perfeita ordem, razão pela qual recomendam a sua aprovação por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI.

Teresina, 26 de fevereiro de 2016



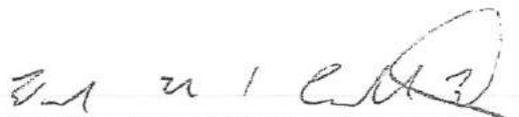
PEDRO DE OLIVEIRA BARBOSA

Membro Efetivo



FRANCISCO DE SOUSA NETO

Membro Efetivo



PAULO RICARDO CARVALHO PORTELA

Membro Suplente

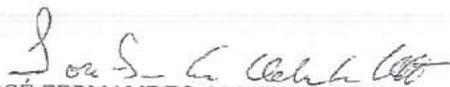
Parecer da Unidade de Auditoria Interna

Após análise da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 147 de 11 de novembro de 2015 – DN nº 147/2015 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2015 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos arts. 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 verificamos que a exigência prevista em um dos itens desta DN nº 147/2015 não se aplica ao SEBRAE/PI.

A exigência de apresentação de **Parecer da Unidade de Auditoria Interna constante no item II do art. 2º da DN 147/2015 e seu respectivo anexo II**, não pode ser exigida deste Serviço Social Autônomo tendo em vista que à luz do próprio comando, a exigência refere-se a “Relatórios e Pareceres de Instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão”, o que não é o caso desta Unidade de Auditoria.

Esse fato foi corroborado pelo Tribunal de Contas da União, cuja decisão proferida mediante acórdão 8512/2013 – 1ª Câmara, que julgou as contas do Sebrae Nacional do exercício de 2007, retirou a exigência de apresentação do referido parecer pela Unidade de Auditoria do Sebrae.

Teresina(PI), 19 de fevereiro de 2016.


JOSÉ FERNANDES ALMEIDA NETO
Gerente da Unidade de Controle Interno

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Piauí - SEBRAE/PI**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa– método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil

Telefone
Fax
Internet

55 (81) 3414-7950
55 (81) 3414-7951
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI
Teresina - PI

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife, 4 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7


Adriana Rodrigues Pereira da Silva
Contador CRC PE-017400/0-8

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.361	6.351	Benefícios a empregados de curto prazo	10	377	345
Aplicações financeiras	5	5.344	3.454	Obrigações tributárias	11	760	563
Numerários vinculados a convênios e programas		-	261	Obrigações com convênios e contratos		-	261
Valores a receber	6	129	153	Contas a pagar a fornecedores e outras	12	457	100
Adiantamentos concedidos		229	216	Obrigações sobre a folha de pagamento	13	1.505	1.434
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	798	103	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	3.925	1.288
Outros créditos	7	1.310	3	Total do passivo circulante		7.024	3.991
Total do ativo circulante		13.171	10.541	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	9.010	5.925
Depósitos judiciais	14	8.787	5.536	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	2.855	481
Imobilizado	9	13.240	10.189	Total do passivo não circulante		11.865	6.406
Total do ativo não circulante		22.027	15.725	Total do passivo		18.889	10.397
				Patrimônio líquido	15		
				Superávits acumulados		12.008	11.467
				Ajustes de avaliação patrimonial		4.301	4.402
				Total do patrimônio líquido		16.309	15.869
				Total do passivo e patrimônio líquido		35.198	26.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas			
Receitas com contribuição social (CSO)	16	40.740	38.493
Receitas com contribuição social do Sebrae Nacional (CSN)	16	16.554	12.935
Receitas de empresas beneficiadas	17	1.883	1.624
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	425
Outras receitas operacionais	18	1.819	253
Total das receitas		<u>60.996</u>	<u>53.730</u>
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	19	(20.338)	(15.862)
Despesas com serviços profissionais e contratados	20	(27.994)	(24.369)
Custos e despesas de operacionalização	21	(12.629)	(13.046)
Encargos diversos		(585)	(440)
Despesas com programas e convênios		(398)	-
Despesas com provisões		(59)	(407)
Despesas com depreciação e amortização		(734)	(794)
Outras		-	(80)
Total de despesas		<u>(62.737)</u>	<u>(54.998)</u>
Superávit antes do resultado financeiro líquido		<u>(1.741)</u>	<u>(1.268)</u>
Receitas financeiras		2.996	1.913
Despesas financeiras		<u>(815)</u>	<u>(446)</u>
Resultado financeiro líquido	22	<u>2.181</u>	<u>1.467</u>
Superávit do exercício		<u>440</u>	<u>199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Superávit do exercício	<u>440</u>	<u>199</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>440</u></u>	<u><u>199</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajustes de avaliações patrimoniais	Total Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.088	4.582	15.670
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	(180)	-
Superávit do exercício	199	-	199
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.467	4.402	15.869
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	101	(101)	-
Superávit do exercício	440	-	440
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>12.008</u>	<u>4.301</u>	<u>16.309</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Piauí - SEBRAE/PI**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	440	199
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	734	794
Provisão para perdas com clientes	-	(57)
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	3.085	2.741
Valor residual de ativo imobilizado baixado	-	80
Rendimentos de aplicações financeiras não realizadas	(2.173)	(256)
	<u>2.086</u>	<u>3.501</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	24	81
Numerários vinculados a convênios e programas	261	157
Adiantamentos concedidos	(13)	70
Créditos com o Sistema SEBRAE	(695)	(100)
Outros créditos circulantes	(1.307)	7
Depósitos judiciais	(3.251)	(2.449)
Subtotal	<u>(4.981)</u>	<u>(2.234)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados	229	199
Obrigações com convênios e contratos	(261)	(157)
Contas a pagar a fornecedores e outras	357	(211)
Obrigações sobre a folha de pagamento	71	216
Obrigações com o Sistema SEBRAE	2.248	618
Subtotal	<u>2.644</u>	<u>665</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>(251)</u>	<u>1.932</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(3.785)	(1.120)
(Aplicações) resgates financeiros	283	(1.040)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(3.502)</u>	<u>(2.160)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações obrigações com o Sistema SEBRAE	3.017	606
Amortizações de obrigações com o Sistema SEBRAE	(254)	(39)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	<u>2.763</u>	<u>567</u>
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(990)</u>	<u>339</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.351	6.012
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>5.361</u></u>	<u><u>6.351</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A sede da Entidade está localizada na Av. Campos Sales, 1046/Centro 64000-300 - Teresina/PI.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PI constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PI recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Associação Comercial Piauiense;
- Associação Industrial do Piauí - AIP;
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- Caixa Econômica Federal;
- Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Piauí - FECOMÉRCIO/PI;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Piauí - FCDL;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí;
- Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PI;

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI;
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; e
- Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Isenções tributárias

O SEBRAE/PI é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados pelo custo atribuído na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 10), instrumentos financeiros classificados como ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 24).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de fevereiro de 2016.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem; i) a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (Nota Explicativa nº 7); ii) revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 10); iii) provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 15); e iv) ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 24).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15).

c. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais que variam entre 1,67% a 50%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 10).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 17). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 18).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo

Os custos da transação dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado conforme incorridos, são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem as rubricas contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos

a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 5).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 13).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 10).

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo foram apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

e. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)**

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 10).

f. **Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 15).

g. **Benefícios a empregados**

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O

passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 11).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí - SEBRAE/PI é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/PI reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/PI contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 24).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Contas bancárias	250	162
Aplicações financeiras (i)	5.111	6.189
Total	5.361	6.351

São aplicações financeiras, com disponibilidades imediatas, que atendem aos requisitos de caixa e equivalentes de caixa, cuja posição, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, conforme demonstrado a seguir:

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil	BB Milênio 10	5.111	6.189
Total		10.455	6.189

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade do Banco do Brasil do ano de 2015 foi de 13,1647% (no ano de 2014 foi de 10,8771%).

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2015	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 31/12/2015	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2015
Banco do Brasil	263.975.745	737.763	0,27%	6,92	Não	Renda fixa	5.111

5 Aplicações financeiras

Banco	Modalidade do fundo	31/12/2015	31/12/2014
Caixa Econômica Federal	FIF Caixa	5.344	3.454
Total		5.344	3.454

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

A taxa de rentabilidade da Caixa Econômica Federal no ano de 2015 foi de 12,5159% (no ano de 2014 foi de 10,0336%).

Bancos	Total de cotas do fundo em 31/12/2015	Cotas Sebrae/PI	Representatividade Sebrae/PI no FI (%)	Valor unit. da cota 31/12/2015	Fundo exclusivo	Tipo	Valor contábil em 31/12/2015
Caixa Econômica Federal	453.939.204	385.874	0,08%	13,84	Não	Renda fixa	5.344

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

6 Valores a receber

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos a receber (i)	2	172
Cheques e cartão (ii)	128	92
(-) Provisão para crédito de liquidação (iii)	(1)	(111)
Total	129	153

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos, cursos e consultorias.
- (ii) Refere-se a cheques e cartões com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro a partir de 180 dias de atraso da data de vencimento.

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	111	54
Constituição	63	116
Baixas	(173)	(59)
Saldo final	(1)	111

7 Outros créditos a receber

O grupo é formado por créditos diversos relativo à contribuição social a receber do exercício anterior e outros, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos de INSS (i)	1.284	-
Outros créditos	26	3
Total	1.310	3

- (i) Valor referente à causa judicial, transitada em julgado, em favor do SEBRAE PI, junto à Receita Federal relativa às contribuições previdenciárias feitas com base no art. 22 da Lei n. 8212/91, referente ao recolhimento de 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços próprios, relativos a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. A apelação cível n. 2009.40.00.001357-9/PI de numeração única 0001333-35.2009.4.01.4000 foi aceita e transitada em julgado, dando direito ao SEBRAE PI de utilizar este crédito por meio de compensação diretamente na GFIP para competências vincendas.

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos CSO a Receber (i)	4	1
Recursos de CSN a receber (ii)	794	102
Total	798	103

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias - CSO". O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2015 foi recebido no início do exercício de 2016 conforme IN 37/16 Sebrae Nacional. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2014 a 2017 e do orçamento de 2015 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

- (ii) Créditos de CSN a receber mediante comprovação dos gastos com projetos vinculados.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a devolver (i)	3.163	-	3.163	1.201	-	1.201
Outros débitos (ii)	156	130	286	-	-	-
Empréstimos captados (iii)	606	2.725	3.331	87	481	568
Total	3.925	2.855	6.780	1.288	481	1.769

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais - CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-16, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2015 os acertos contábeis no SEBRAE/PI e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

Valores referem-se à aquisição de licenças de uso de softwares, as quais foram pagas pelo SEBRAE Nacional e repassadas para cada unidade com seu respectivo valor por meio do contrato 538/14 e resolução Direx 1931/2014, a ser pago em 24 parcelas, sem correção e com previsão de término em outubro/2017.

Nesta rubrica, são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de empréstimos recebidos mediante antecipação de receitas, com vistas à ampliação da sede e à aquisição de imóvel contíguo à sede localizada à Av. Campos Sales, nº 1.046, Centro, conforme decisão CDN nº 261/2011 e Resolução DIREX nº 2.016/11 SEBRAE Nacional. O SEBRAE/PI pagará em 87 (oitenta e sete) parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com previsão de término em junho de 2021.

Detalhamento dos empréstimos

Fonte	Contrato	Data da assinatura	Juros	Último vencimento
SEBRAE Nacional	086/2014	01/04/2014	100% TJLP a.m.	Jun/2021

Cronograma de pagamento

	31/12/2015	31/12/2014
2016	606	87
2017	617	87
2018	617	87
2019	617	87
2020	617	87
2021	257	46
	3.331	481

c. Transações de resultado – Receitas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Contribuição Social Ordinária (CSO)	40.740	38.493
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>16.554</u>	<u>12.935</u>
Total	<u>57.294</u>	<u>51.428</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social do SEBRAE/PI é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. Demonstramos a seguir, os valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da Administração:

Descrição	2015	2014
Remuneração	1.315	973
Benefícios	<u>139</u>	<u>125</u>
Total	<u>1.454</u>	<u>1.098</u>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 24.

9 Ativo imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	Taxa anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Custo contábil					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Obras em andamento	-	946	3.328	-	4.274
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.568	32	-	1.600
Veículos e acessórios	11 a 27,5%	700	124	-	824
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.096	40	-	1.136
Equipamentos de informática	6,6 a 50%	2.015	261	-	2.276
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		16.085	3.785	-	19.870
Total da depreciação acumulada		(5.870)	(734)	-	(6.604)
Provisão p/perdas-veículos		(26)	-	-	(26)
Total líquido		10.189	3.051	-	13.240

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Custo contábil					
Terreno	-	1.343	-	-	1.343
Edificações	1,67 a 2,2%	8.400	-	-	8.400
Móveis e utensílios	10 e 20%	1.585	168	(185)	1.568
Obras em andamento	-	211	735	-	946
Veículos e Acessórios	11 a 27,5%	682	92	(74)	700
Máquinas/equipamentos	5 e 10%	1.130	77	(111)	1.096
Equipamentos de Informática	6,6 a 50%	2.100	48	(133)	2.015
Instalações	10%	17	-	-	17
Total do custo		15.468	1.120	(503)	16.085
Total da depreciação acumulada		(5.499)	(794)	423	(5.870)
Provisão p/ perdas - veículos		(26)	-	-	(26)
Total líquido		9.943			10.189

10 Benefícios a empregados de curto prazo

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Encargos sociais a recolher	367	332
Consignações da folha de pagamento	10	13
Total	377	345

11 Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
ISS sobre serviços pessoa jurídica a recolher	171	179
IRRF sobre salários a recolher	236	177
PIS/COFINS/CSLL Retenção sobre serviço pessoa jurídica a recolher	197	78
INSS retido sobre serviços pessoa jurídica a recolher	57	55
IRRF sobre pessoa jurídica a recolher	48	39
PIS a recolher	18	15
Outros	33	20
Total	760	563

12 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	456	100
Outras obrigações	1	-
Total	457	100

13 Obrigações sobre a folha de pagamento

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Férias	1.138	1.080
INSS sobre férias	236	229
FGTS sobre férias	91	87
Salário educação sobre férias	28	27
PIS sobre férias	12	11
Total	1.505	1.434

Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/PI como risco "provável" de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Riscos trabalhistas	24	33	-	-
Riscos cíveis	19	19	18	18
Riscos fiscais	8.744	5.484	8.992	5.907
Total	8.787	5.536	9.010	5.925

A Entidade, fundamentada pelos seus consultores jurídicos, formalizou pedido com as instituições financeiras com as quais mantém recursos aplicados, requerendo, a partir do exercício de 2003, a não retenção do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos. Entretanto, em janeiro de 2010, a Entidade, conservadoramente, passou a reconhecer tais retenções dentro do período de sua competência e efetuou provisão para os rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras incidentes, em montante suficiente às exigibilidades correspondentes aos anos ainda não prescritos. Em dezembro/2015 a Entidade realizou a reversão destas provisões em razão da decadência, prevista no artigo 173 do CTN: "representa a perda do direito da Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, constituir, através do lançamento, o crédito tributário, em razão do decurso do prazo de 5 anos".

A Entidade vem questionando judicialmente débitos fiscais considerados como devidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativos ao processo nº 2004.40.00.07256-0, no montante de R\$ 1.200 (valores históricos) referente a 5 (cinco) Notificações de Lançamento de Débito - NFLD do período de 1991 a 2001 sobre INSS sobre pagamento de autônomos, INSS sobre pagamento de diretores não empregados, INSS construção (obra do prédio) e INSS sobre diárias de empregados superiores a 50% do salário (configuração de salário contribuição). Essas NFLD's foram questionadas administrativamente, sem êxito, e a Entidade ingressou com ação anulatória dos débitos, com pedido de liminar (emissão de certidão negativa), no entanto a ação foi julgada improcedente em 1ª Instância e atualmente encontra-se em fase de apelação (2ª Instância). Os assessores legais da Entidade entendem como remota a perda da Entidade na referida ação.

Em relação às obrigações fiscais - INSS, a partir da competência de abril/2012 a Entidade passou a recolher o INSS sobre a folha de pagamento e serviços prestados - PF - Parte Empregador, através de depósitos judiciais, Processo nº 2008.4000.003027-3, Secretaria da Receita Federal do Brasil, ajuizando ação, visando a exoneração e recuperação dos valores pagos a título de contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade possui provisão no valor de R\$ 8.691 constituída e o mesmo valor em depósitos judiciais.

As provisões foram constituídas com base no relatório da assessoria jurídica do SEBRAE/PI, relativo a data-base de 31 de dezembro de 2015.

O SEBRAE/PI possui os seguintes valores relativos a processos classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda "possível", os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Riscos Trabalhistas	140	140
Riscos Cíveis	50	50
Total	190	190

15 Patrimônio líquido

e. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits / (déficits) acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

f. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

g. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

16 Receitas com contribuição social

Descrição	2015	2014
Contribuição Social - CSO	40.740	38.493
Contribuição Social do Nacional - CSN	16.554	12.935
Total	57.294	51.428

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/PI para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/PI(IN.37.16)

17 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	2015	2014
Descrição		
Treinamentos	401	407
Consultoria	1.016	818
Feiras/locação de espaços	319	209
Elaboração de projetos	-	34
Livros e prospectos	3	4
Palestras	16	8
Empretec	128	144
Total	1.883	1.624

São alocadas as receitas provenientes da prestação de serviços para terceiros.

18 Outras receitas operacionais

São registradas as receitas com alugueis, recuperações e restituições e reversões. Destaca-se no ano de 2015 o processo nº 0001333-35.2009.4.01.4000 do Tribunal Regional Federal da Primeira Região - INSS Cooperativas - relativo a recuperação de valores pagos de contribuição previdenciária do período de 03/2004 a 05/2014 no valor de R\$ 1.619, a serem compensados na GFIP/SEFIP em períodos posteriores.

	2015	2014
Descrição		
Recuperação e restituições	23	129
Aluguéis e arrendamentos	10	9
Reversão de provisões	122	-
Receitas exercícios anteriores	1.619	3
Outras	45	112
Total	1.819	253

19 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	2015	2014
Salários	(8.725)	(7.106)
INSS e FGTS salários	(2.881)	(2.341)
Férias	(1.306)	(1.162)
INSS e FGTS férias	(272)	(342)
13º salário	(911)	(779)
INSS e FGTS 13º	(253)	(218)
Assistência médica e odontológica	(1.320)	(1.190)
Auxílios alimentação e transporte	(1.680)	(1.351)
Gratificações	(1.072)	(959)
Indenizações trabalhistas	(1.466)	(24)
Outros benefícios sociais	(120)	(104)
Previdência privada	(312)	(260)
Seguro de vida em grupo	(20)	(26)
Total	(20.338)	(15.862)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

20 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	2015	2014
Advocacia	89,8 — (729)	(384)
Capacitação e treinamento de pessoal	(206)	(135)
Consultoria	521,6 — (13.877)	(12.304)
Elaboração e gestão de projetos	1219 — (120)	(153)
Estagiários	(985)	(803)
Gastos com manutenção	(686)	(514)
Gastos com publicidade	461 — (4.564)	(4.668)
Gastos com software	(999)	(178)
Instrutoria	13,42 — (3.119)	(2.751)
Limpeza e Conservação	(87)	(104)
Outros serviços contratados	(2.099)	(2.101)
Serviços de apoio administrativo	(62)	(27)
Vigilância	86,67 — (461)	(247)
Total	(27.994)	(24.369)

21 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	2015	2014
Água e luz	(507)	(349)
Aluguéis	(2.537)	(3.389)
Combustíveis e lubrificantes	(270)	(211)
Contribuições e auxílios	(382)	(137)
Material de uso e consumo	(887)	(864)
Serviço de transmissão de dados em rede	(184)	(169)
Telefonia	(251)	(265)
Custos gerais	(218)	(585)
Diárias	(2.151)	(1.812)
Passagens	(1.648)	(1.638)
Propaganda	(2.063)	(2.397)
Serviços gráficos	(1.227)	(938)
Outros custos	(304)	(292)
Total	(12.629)	(13.046)

22 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	1.427	1.004
Rendimentos Recursos Próprios	746	503
Variações monetárias ativas	823	406
Subtotal	2.996	1.913
Despesas financeiras	(46)	(446)
Variações monetárias passivas	(769)	-
Subtotal	(815)	(446)
Total receita financeira líquida	2.181	1.467

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações da Entidade em fundos de renda fixa, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação, enquanto as despesas financeiras por encargos cobrados por instituições financeiras, tais como juros e taxas bancárias.

23 Benefícios a empregados pós-emprego

23.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais.

O plano possui as seguintes características:

- Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:
- Aposentadoria normal.

- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.
- Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:
 - Projeção de contribuição em caso de invalidez.
 - Projeção de contribuição em caso de morte.
- O referido plano não inclui:
 - Benefícios de demissão;
 - Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
 - Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE /PI contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras, a qual concluiu que observada a avaliação atuarial do exercício de 2015 em conformidade com o CPC 33 R1 e verificando a inexistência de passivo atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador o SEBRAE/PI não necessita de manter provisionamento em 31/12/2015 para o Plano de Benefícios SEBRAEPREV referente a benefícios pós-emprego a empregados.

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 monta R\$ 312, conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	31/12/2015	31/12/2014
Participantes	434	405
Básica	320	268
Serviços passados	21	89
Voluntárias	93	48
Patrocinador	312	260
Básica	301	250
Benefícios de Risco	11	10
Total	746	665

23.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(46)	(23)
Custos do serviço corrente	(4)	(3)
Custo de juros	(5)	(3)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	8	(16)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de alterações premissas financeiras	4	(1)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(43)	(46)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	93	43
Receitas de juros	14	8
Ganhos (perdas) sobre ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(5)	33
Contribuições do empregador	11	9
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u>113</u>	<u>93</u>

Despesa reconhecida no resultado

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente	(4)	2
Ganhos (perdas) sobre o ativo	(5)	33
Ganho (perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	8	(16)
Efeito do teto do ativo	(13)	(23)
Retorno esperado dos ativos do plano	<u>(7)</u>	<u>(7)</u>

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

Premissas atuarias na data do relatório	31/12/2015	31/12/2014
Taxa real anual de juros	12,76 % a.a.	11,22% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,16 % a.a.	2,18% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00 a.a.	5,00 a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,76 % a.a.	11,22% a.a.

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir.

- Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT-2000M e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e AT-2000F
- Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos - 50% UPM M + 50% UPF (MÉDIA)
- Tábua de entrada em invalidez - Tasa 1927 M&F

- Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento

que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	250	197
Aplicações financeiras	6	10.455	9.608
Contas a receber de clientes	7	129	153
Outros créditos	8	1.310	3
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	798	103

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2015	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados e obrigações fiscais	1.137	1.137	-	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	457	457	-	-
Obrigações trabalhistas	1.505	903	526	76
Obrigações com o Sistema SEBRAE	6.780	381	3.544	2.855

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado nas Notas Explicativas nº 5 e 6, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que

efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/PI desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas SELIC, relativo as aplicações financeiras realizadas nos Fundos BB Milênio e CEF Institucional. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, as taxas CDI, será de 14,25% respectivamente. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

		Cenários projetados - Base 31/12/2016		
		Provável 14,25%	Possível - 25% 17,81%	Remoto - 50% 21,38%
Alta da variação da taxa SELIC	Exposição (R\$ mil)			
	10.455	1.490	1.862	2.235
Efeito da variação da taxa SELIC		12,96%	16,20%	19,43%

		Cenários projetados - Base 31/12/2015		
		Provável 12,50%	Possível - 25% 15,63%	Remoto - 50% 18,75%
Alta da variação da taxa SELIC	Exposição (R\$ mil)			
	9.643	1.205	1.507	1.808
Efeito da variação da taxa SELIC		12,96%	16,20%	19,43%

Impactos no resultado		31/12/2016	31/12/2015
Cenário possível - Cenário provável SELIC		373	301
Cenário remoto - Cenário provável SELIC		745	603

PARECER DO CONSELHO FISCAL

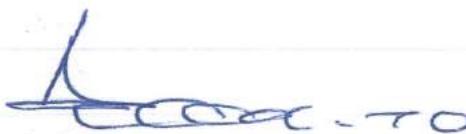
Os abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal do SEBRAE/PI – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí, fundamentados no Relatório da empresa de Auditoria KPMG Auditores Independentes, datado de 04 de fevereiro de 2016, procederam ao exame e verificação dos Balanços Patrimoniais, Demonstrativo de Resultado do Exercício, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa, Livros e demais Documentos de Contabilidade, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, constando tudo em perfeita ordem, razão pela qual recomendam a sua aprovação por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI.

Teresina, 26 de fevereiro de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Pedro de Oliveira Barbosa".

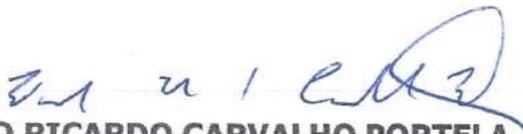
PEDRO DE OLIVEIRA BARBOSA

Membro Efetivo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Francisco de Sousa Neto".

FRANCISCO DE SOUSA NETO

Membro Efetivo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo Ricardo Carvalho Portela".

PAULO RICARDO CARVALHO PORTELA

Membro Suplente

RESOLUÇÃO CDE nº 002/2016

“Aprova Relatório de Gestão contendo a Prestação de Contas relativa ao Exercício de 2015”.

O Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí - SEBRAE/PI, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 21, inciso I, combinado com o art. 13, inciso XI, do Estatuto Social em vigor e,

CONSIDERANDO o Parecer do Conselho Fiscal datado de 26 de fevereiro de 2016, que recomenda a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2015 por parte dos Senhores Membros do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI,

CONSIDERANDO que a matéria foi discutida, votada e aprovada pela unanimidade dos Senhores Conselheiros presentes à 148ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PI, realizada nesta data,

RESOLVE:

- I) Aprovar a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2015, constante das seguintes peças: Relatório de Gestão Anual; Balanço Patrimonial; Demonstrativo das Origens e Aplicações de Recursos; Demonstrativo de Resultados do Exercício; Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido; Balanço Patrimonial Comparado; Balanço Financeiro; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; Parecer da Auditoria Independente e Parecer do Conselho Fiscal.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Teresina, 29 de fevereiro de 2016



CARLOS AUGUSTO MELO CARNEIRO DA CUNHA
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual